



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 167 - SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 155ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.334/2006, de 9 de agosto último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 45, de 2006, dos Senadores Antero Paes de Barros e Ana Júlia Carepa..... 29412

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre a boa administração financeira do País. Defesa da necessidade de priorização das reformas institucionais, com destaque para uma reforma política que contribua para a melhoria da governabilidade..... 29412

SENADORA IDELI SALVATTI – Solicita a transcrição integral da nota oficial da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Untrabalho, a respeito de denúncias publicadas na imprensa de repasses irregulares de recursos pelo governo federal para o desenvolvimento de projetos e pesquisas. Transcrição da nota à imprensa, do Ministério do Trabalho e Emprego, sobre a celebração de convênios entre o Ministério e a Rede Untrabalho... 29416

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Ape-lo em favor da oficialização do pacote de incentivo habitacional lançado pelo governo, tendo em vista que a expectativa em torno do mesmo paralisou os financiamentos..... 29421

SENADOR ALMEIDA LIMA – Comentários acerca da decisão do STF que liberou a divulgação de pesquisas eleitorais por meio de comunicação ampla na imprensa. 29424

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Esclarecimentos sobre a intenção de apresentar requerimento para a instalação de uma CPI com o escopo de investigar as ONGs e os recursos destinados às mesmas. 29429

SENADORA IDELI SALVATTI – Explicações sobre o episódio do dossiê contra o candidato José Serra e a constatação de que tanto o Presidente, quanto o candidato Lula, vêm realizando todos os atos necessários para investigar a tentativa de compra, a origem do dinheiro e as pessoas envolvidas. 29433

1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$7,4 milhões”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de agosto último..... 29439

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “Vou cortar impostos e fazer o País crescer, promete Alckmin”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 17 de agosto último. 29440

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “A baixaria do presidente”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 22 de agosto último. 29441

SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações sobre o Relatório Global, apresentado pela OIT, intitulado “A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance” 29442

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDA

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 7, de 2006-CN. 29443

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 155ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Cavalcanti, Marco Maciel e Almeida Lima

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 1.334/2006, de 9 de agosto último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 45, de 2006, dos Senadores Antero Paes de Barros e Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Cópias do Aviso supracitado foram anexadas aos **Requerimentos nºs 20, de 2006**, do Senador Antero Paes de Barros, e **802, de 2006**, da Senadora Ana Júlia Carepa.

Os requerimentos vão ao Arquivo, onde aguardarão o resultado final da auditoria do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel do Estado de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Roberto Cavalcanti, meu conterrâneo que representa o Estado da Paraíba no Senado Federal, a Casa da Federação, Senhoras e Senhores Senadores, atribui-se a Campos Salles, que foi um excelente Presidente da República, uma frase paradigmática: “este País só precisa de administração”.

Campos Salles teve quase que uma obsessão no sentido de estabelecer ordem na Administração, sobre-

tudo na administração financeira, e ordem na política. Ele dizia: “Ordem na política, ordem nas finanças”.

Campos Salles foi o autor da chamada “Política dos Governadores”, como ficou conhecida a parêmia que antes aludi. É bom lembrar que a ele se deve um grande trabalho à frente da Presidência da República, porque nos primórdios republicanos não foi fácil gerir os destinos do País. A República ainda não se consolidara, suas instituições ainda eram muito jovens, muito recentes, Campos Salles, que teve Joaquim Murinho como Ministro da Fazenda, realizou uma administração notável.

Sem querer fazer incursões no campo da história, faço uma observação. Quando se diz que Rodrigues Alves foi um grande Presidente da República, penso que isso só foi possível porque, quando ele assumiu o Governo – ele, que era paulista, de Guaratinguetá, como Campos Sales, se não me engano era de Campinas –, encontrou um país em calma graças à chamada Política dos Governadores, por meio da qual se arbitravam os conflitos entre os Estados e, também um país financeiramente saneado. Aliás, como se disse que Prudente de Moraes era prudente demais, dizia-se que Campos Salles era “Campos Selos”, em decorrência, naturalmente, de sua preocupação com política tributária, com os impostos etc. – na época, adotava-se muito o selo, que ainda alcançamos nas fases mais recentes da República.

Teço essas observações sobre Campos Salles para dizer que o tema da boa administração financeira, que não pode sair da ordem do dia em nosso País. Daí explicar a frase de Campos Salles e o fato de ele haver agido para dois objetivos: a regularização do quadro financeiro e a estabilização política do País, causa e consequência um do outro, pois nenhum dos dois anda bem se não devidamente articulados.

A reforma institucional que o País exige pressupõe definir, portanto, que fins cumpre a Administração que não podem ser exercidos pela Política e que objetivos políticos não podem ser supridos pelo aparelho administrativo do Estado para que se possa atender aos requisitos essenciais de racionalidade e de eficiência.

A forma mais simples de se entender os limites das duas esferas de atividades é buscar os papéis cada uma delas deve cumprir. Numa simplificação fácil de ser entendida – assim espero –, a Política deve decidir **o que fazer**, enquanto a Administração deve responder à indagação de **como fazê-lo**. As decisões políticas, por sua vez, devem resultar de escolhas racionais entre alternativas viáveis.

Separar as funções políticas das funções administrativas do Estado impõe, desde logo, fixar limites claros e definidos entre os papéis que cabem aos representantes políticos da soberania nacional, no caso os Parlamentares, o Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos e os que devem ser desempenhados pelos agentes administrativos do Estado. A aceitação desses limites, Sr. Presidente, é que permite aos Governos distinguir as funções políticas que devem cumprir, sancionando, vetando ou deixando de exercer qualquer das duas prerrogativas das atribuições administrativas que lhes são delegadas. Sem o estrito cumprimento dessa distinção que corresponde à aplicação prática do princípio filosófico da separação não só dos Poderes, mas também das funções do Estado, perdem sentido preceitos usuais das declarações de direitos, como o de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Lembrando Max Weber, que produziu tantos ensinamentos nesse campo – aliás, sua obra só muito recentemente veio a ser melhor conhecida no País; seus livros foram traduzidos tardiamente –, não se pode deixar de reconhecer que ele deu uma grande contribuição ao estudo de diferentes temas, desde temas filosóficos e políticos até temas ligados à administração, especificamente com relação à burocracia. Max Weber – volto a repetir seu nome – dizia “ser preciso, que a burocracia seja o suporte legítimo da dominação legal. Quanto mais explícitos forem os limites que separam a esfera de competências da política da esfera de atribuições dos agentes de administração, maior deve ser a racionalidade a cargo das diversas esferas de poder.

Nesse sentido, a reforma institucional da federação, também chamada de reformas políticas, só poderá ser considerada adequada ao equilíbrio exigido entre os poderes locais, regionais e nacional, se as competências concorrentes forem, efetiva, nítida e explicitamente repartidas.

O Princípio da Subsidiariedade, que, aliás, é um excelente princípio de administração pública e talvez privada, foi formulado por Pio XI, integra a chamada doutrina social da Igreja e está sendo transplantado para o território da política e da administração.

Esse princípio é, na minha opinião, o primeiro fundamento da repartição de competências e atribuições definidas no pacto constitucional. Tudo o que pode ser feito pelo poder local não deve ser objeto das competências do poder estadual e tudo o que pode ser executado pelo poder regional não deverá ficar a cargo do Poder Central.

Traduzindo, significa dizer: naquilo que uma instância menor, por exemplo, uma família, que é a célula primeira de uma organização social, pode resolver não deve o setor público interferir. Aquilo que um sindicato pode resolver não deve deixar para uma instituição maior. Aquilo que uma Prefeitura pode resolver por que delegar ao Estado? E assim sucessivamente. Enfim, quanto mais se descentraliza, que é a essência da própria noção de federação, o Governo fica mais próximo do cidadão. Daí por que falar em República, em Federação, é falar em cidadania na sua plena acepção do termo. Dessa forma, cada vez mais, torna-se necessário conhecer e praticar o chamado Princípio da Subsidiariedade, que pode ajudar – e muito – a, descentralizando, conseguir fazer com que os problemas sejam mais agilmente resolvidos.

Sr. Presidente, nobre Senador Roberto Cavalcanti, o território da política requer mecanismos nítidos e objetivos que evitem incompatibilidades entre os interesses privados dos representantes da soberania nacional e as decisões públicas de que devam participar. De igual maneira, na esfera administrativa, devem ser precisos os instrumentos de controle de sua eficiência e de aferição da impessoalidade das decisões que lhe são atribuídas. Isso implica a necessidade de organização hierarquizada e mecanismos que ensejem à sociedade responsabilizar seus agentes pelos abusos e excessos que cometerem.

Por essas razões, a profissionalização das carreiras administrativas calcadas no mérito e na competência não pode deixar de ser a regra geral; e o provimento dos cargos que a lei declarar sujeitos à confiança pessoal, a exceção.

Sr. Presidente, antes de concluir as observações e minhas singelas reflexões sobre a questão política X administração que ainda constitui um desafio da política, gostaria de salientar que, com a observância de tais princípios, a atividade política servirá aos interesses de toda a sociedade; e a atividade administrativa, às exigências legítimas que a lei garante a cada cidadão.

D. Pedro II – que, aliás, ao contrário do que se diz, foi, na minha opinião, um diligente e operoso Imperador do País – soube dar bom rumo à época em que esteve à testa dos destinos da Nação. Também buscou preparar sua filha para gerir os destinos do País. É lógico

que tal não aconteceu porque a Monarquia caiu antes que ela viesse a sucedê-lo. Mas, ao preparar a sua filha, ele escrevia cartas que, de alguma forma, serviam de roteiro para a sua conduta. Numa delas, não vou ler o texto no todo, ele dizia à Princesa Isabel: “A política, principalmente entre nós, é volúvel e dessa volubilidade se ressentem tudo aquilo sobre o que ela influi”.

Com isso, D. Pedro II quis dizer – o que é verdade – que o fato político é muito dinâmico que se altera como a nuvem, como disse, certa feita, Magalhães Pinto. Por isso, é necessário tentar definir limites muito claros entre aquilo que é naturalmente objeto da política – **o que fazer** – daquilo que é objeto da administração – **como fazê-lo**.

Nada, contudo, pode estar acima do conceito clássico de que a separação efetiva da política e da administração é tão relevante para a democracia quanto o princípio da separação espacial e funcional dos poderes do Estado.

Sr. Presidente, é fundamental ter também um bom arsenal legislativo, ou melhor, um bom arsenal legal, porque, na medida que se tem regras claras – daí por que cobro sempre as reformas políticas – e estáveis, se tem maior segurança jurídica; e isso também concorre para que o País possa-se desenvolver de forma orgânica e integrada.

Na hora em que dotarmos o País de uma boa solidez institucional, isso vai concorrer para que a prática da política melhore em nosso País, e, concomitantemente, também poderemos dizer que a administração estaria melhor cumprindo o seu papel.

Roberto Bobbio, em uma palestra que pronunciou no ano 2000, intitulada “A democracia em questão”, transcrita inclusive no **Jornal da Tarde**, do Grupo Estado de São Paulo, disse: “Nos últimos anos, os termos-chave da teoria de governo mudaram outra vez. Não se fala de bom governo e mau governo, tampouco de Governo máximo e de governo mínimo, mas de governabilidade e ingovernabilidade”. Essa é a questão crucial com que nos defrontamos neste instante, ou seja, fazer uma reforma política e uma reforma institucional que melhorem a nossa governabilidade.

É fundamental para que tenhamos aquilo que José Celso de Macedo Soares apregoou: “A boa legislação, que é obra da sabedoria, pode muito. Mas o que pode tudo é a boa administração”.

Aproveito a ocasião para mais uma vez insistir sobre a necessidade de dar ao País uma contribuição no sentido de melhorar a governabilidade; o momento de eleição é o momento dessa reflexão.

Ontem, tive a ocasião de participar de uma cerimônia, que reputei muito importante, durante a qual o candidato à Presidência da República, da coligação

PSDB-PFL, Geraldo Alckmin, apresentou o seu programa de governo. Considero que o lançamento do programa de governo é duplamente importante, porque, de um lado, permite fazer com que a sociedade reflita sobre o Brasil e seu futuro e, de outra parte, para que o eleitor se conscientize da escolha que tem a fazer. Votar é talvez o mais importante direito da cidadania. Numa sociedade democrática, é por meio do voto – direito e dever no Brasil, posto que o alistamento é obrigatório –, que o cidadão constitui os governos.

O Presidente Geraldo Alckmin, entre os pontos citados no seu programa – trata desde as questões de política externa até a política interna, analisando as diferentes atividades que a União enquanto governo central deve cumprir, não deixou de incluir as chamadas reformas políticas, que devem ser, talvez, a preocupação maior do Congresso que se instalará no dia 1º de fevereiro de 2007. Parece ser um período muito longo, mas não é. Estamos a quatro meses do dia 1º de fevereiro.

E como é possível que até o dia 15 de dezembro todos eleitos já estejam devidamente diplomados, porque a Justiça Eleitoral brasileira tem cumprido o calendário por ela mesma elaborado, penso que devemos aproveitar o período entre 15 de dezembro e 1º de fevereiro para definir as reformas políticas ou, como prefiro denominar, reformas institucionais. Mas, além disso, tratar de outros temas agudos no País de nossos dias: melhorar a qualidade da política, assegurar que o Brasil cresça a taxas mais altas, cortando despesas, aumentando a capacidade de investir, atraindo capitais estrangeiros, melhorar a distribuição de renda no País, de forma que o progresso econômico seja sinônimo também de bem-estar social. Infelizmente, o Brasil ainda convive com desníveis sociais muito agudos, não apenas desníveis interpessoais, mas também interespaiais.

Nobre Senador Roberto Cavalcanti, nordestino como eu, sabemos que, entre os desníveis interespaiais, um dos mais visíveis é entre o Nordeste e o Sul/Sudeste do País. Em uma Nação que quer e se mantém coesa, graças a Deus, não podemos continuar a ignorar esse tipo de desafio, assim como também não podemos deixar de buscar mecanismos para reduzir as desigualdades sociais entre pessoas – interpessoais. Esses desafios estão, mais ou menos, acoplados, só podem ser tratados de forma racional.

Por outro lado, iniciamos mais do que um novo século: um novo milênio. Aliás, poucas gerações conseguem participar ou viver a virada de um século e pouquíssimas, a virada de um milênio. A nossa geração teve a ventura de viver, simultaneamente, a passagem de um século e, mais do que isso, a de um milênio.

Essas datas referenciais se prestam a uma reflexão sobre o passado e, sobretudo, sobre como podemos construir o futuro, dentro da idéia que Gilberto Freyre defendia de que o tempo é **tribio**, ou seja, há uma interposição entre passado, presente e futuro e, portanto, não podemos deixar de, ao projetar o futuro, pensar um pouco do que o País foi no passado e tirar lições daquilo que foram os nossos erros no passado e daquilo que pode, obviamente, ajudar a construir o futuro.

Esses tempos que começaram com o novo século, com o novo milênio também foram os tempos em que o Brasil completou 500 anos de existência. Portanto, talvez, esteja chegando a hora de o Brasil ter uma presença maior na sociedade internacional dos nossos dias.

Não penso apenas na América do Sul, que foi uma grande prioridade para o Rio Branco, sobretudo o Prata, daí por que a primeira tentativa de articulação regional que o Brasil empreendeu foi exatamente o Mercosul, que, aliás, não caminhou bem nos últimos três anos infelizmente, porque na medida em que nos integramos, criamos musculatura, que nos vertebrará para uma presença maior no cenário internacional.

Assim fazendo, estaremos também criando condições para crescermos a taxas mais altas de maneira continuada, porque o País não suporta andar e parar, **stop and go**. O País tem de estar sempre avançando, ainda que não a taxas estratosféricas, pelo menos com taxas compatíveis com suas potencialidades, para dar o salto que tanto sonhamos.

Insisto na importância da proposta do candidato à Presidência Geraldo Alckmin de uma política externa que tenha os olhos fixos na questão regional, ou seja, no Mercosul e, de forma mais ampliada, na América Meridional, na América do Sul, e nos enlaces com a União Européia, que já completou 50 anos e que pode servir de modelo de integração regional. Também podemos avançar em outros tipos de articulação e, quem sabe, até na integração hemisférica, vista com certa desconfiança por muitos, mas que não pode deixar de ser explorada, que é a Alca.

Gostaria de frisar essa opinião, porque embora se tema que a presença dos Estados Unidos, por ser a maior economia do mundo, possa ter um poder monopolizador nessa integração, não devemos deixar de reconhecer que não custa dialogar e, obviamente, não custa explorar a conveniência de se trabalhar o projeto Alca.

Na medida em que nos integramos, abrimos condições de expandir exportações e importações, porque o comércio não é uma mão única – V. Ex^a, Sr. Presidente, é empresário e sabe disso. O verdadeiro comércio, robusto, continuado, conseqüente é aquele

que trabalha nas duas mãos, e o Brasil não pode deixar de analisar a Alca na sua agenda.

Sei que há muitos receios, mas não custa conversar, dialogar. Está me ocorrendo agora uma frase dita pelo Presidente Kennedy, que se aplica a assunto: “Não se pode negociar por medo, mas não se deve ter medo de negociar”.

Tenho a impressão de que o Brasil não pode deixar de enfrentar essa questão da Alca, que está um pouco esquecida, jogada no limbo, mesmo porque o Brasil é seu co-Presidente. A idéia da Alca surgiu no fim de 1994 – acho que em novembro – e possui duas Presidências: uma na América do Norte, que é a dos Estados Unidos, e uma na América do Sul, que é a do Brasil. Além disso, há uma série de instâncias que permitem esse diálogo, e não podemos deixar de explorá-lo, mesmo porque por não explorarmos esse espaço alguns países do Mercosul estão tentando acordo de comércio diretamente com os Estados Unidos, à revelia do pacto constitutivo desse Mercado.

Isso é grave por ocorrer entre os membros fundadores do Mercosul, nomeadamente o Paraguai e o Uruguai. Mas não podemos deixar de reconhecer que esses países têm suas razões, porque vêem o que o Chile fez e como foi bem-sucedido; países da América Central e do Caribe estão fazendo a mesma coisa e sendo razoavelmente bem-sucedidos.

Então, por que, **a priori**, excluir? Por que preconceituosamente eliminar essa frente de negociação? O Brasil já tem uma presença no comércio internacional e ela tem crescido. A sua participação em termos nominais ainda não é muito alta, mas é significativa. Estamos ampliando a nossa presença no campo da ciência e tecnologia, chegamos a 1,8%, 2%, caímos um pouco, mas estamos ampliando a capacidade de gerar ciência e tecnologia, de atuar na área de inovação.

O País tem um agronegócio forte e uma indústria que agrega valor, competitiva internacionalmente. Não temos problemas políticos com nenhum país, convivemos com dez Estados limpeiros, sem conflitos agudos, mesmo porque não considero que a questão da Bolívia possa ser considerada como muito grave. .

Portanto, convivemos bem com os nossos vizinhos,

Não temos problemas de relacionamento no exterior. Constituímos uma grande comunidade étnica, que vive e convive, que suporta adversidades e não perde o otimismo. Enfim, um país com essas qualidades não pode perder tempo. Precisamos avançar. E, para avançar, é necessário um plano de governo como o elaborado pelo Presidente Geraldo Alckmin, para que o Brasil realize esse seu destino de ser uma grande nação.

O País, pela sua diversidade étnica, pelo caráter do seu povo, pelas suas especificidades regionais, tem tudo para dar uma contribuição muito positiva aos valores da civilização ocidental. Estamos no extremo ocidente, os nossos vizinhos do outro lado são países africanos e, embora assimilamos seus valores de liberdade, justiça, paz, solidariedade, damos também a nossa contribuição específica em alguns campos, de solução pacífica dos problemas, da busca de nos unirmos em torno das questões mais candentes. O fato de abrigar aqui os mais diferentes povos e etnias nos leva a dizer que estamos construindo um novo tipo de civilização. Somos um ocidente, mas um ocidente com características próprias. Como disse Gonçalves Dias, “as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.” Tem suas especificidades e características.

Daí porque reputei como muito importante o anúncio, ontem, do candidato Geraldo Alckmin do seu programa de governo. E espero que seu programa seja lido, refletido, meditado, para que, no dia 1º de outubro, o eleitor brasileiro, politizado e conseqüente, possa exercitar o seu voto certo de que fez a melhor escolha para o País.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de trazer aqui uma provisão de otimismo com relação ao País. Certa feita, Tancredo disse que a história de um país é a história de suas crises. Tancredo queria dizer que a crise tem uma força docente. A crise ensina, leciona. A crise, de alguma forma, embora represente sofrimento momentâneo, ajuda-nos a tecer o futuro.

Concluo o meu pronunciamento, dizendo que sou otimista com relação ao Brasil, desde que corrijamos as mazelas que estamos enfrentando – e isso é possível – e que façamos a reforma para melhorar a qualidade da política que se pratica, para termos Partidos consistentes, programáticos, zelosos com relação aos princípios éticos, e tenhamos também um sistema eleitoral capaz de propiciar pleitos que levem o eleitor a fazer a escolha adequada.

É o que constitui, talvez, a grande demanda brasileira, sem a qual nada se faz. Enfim, a governabilidade é hoje o desafio das nações que querem emergir, e podem e devem, com é o caso do Brasil, ter um lugar ao sol na sociedade do Século XXI.

Muito obrigado, nobre Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar sejam publicadas na íntegra as duas notas oficiais que aqui trago: a primeira é da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, a respeito das denúncias, insinuações e ilações lançadas na imprensa ao longo de todo o dia de ontem; e também a Nota do Ministério do Trabalho e Emprego sobre o repasse de recursos para a ONG Unitrabalho, que é uma rede nacional de universidades e trabalha em parceria com universidades de renome do nosso País, como a Unicamp, a USP, a Universidade de São Carlos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UnB, várias PUCs, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal da Bahia. Portanto é uma ONG de renome e de respeitabilidade.

Houve, inclusive, insinuação de que os recursos repassados a ela, ao longo dos últimos dias, tinham alguma conexão com o episódio da tentativa de compra de informações.

Gostaria de deixar registrado que os recursos repassados à Unitrabalho, de acordo com a imprensa, dizem respeito à parcela de um convênio de 2005, em execução, mas que, devido a algumas pendências documentais, não foram repassados à época oportuna. O recurso objeto das insinuações é da ordem de R\$3.407.065,00 (três milhões quatrocentos e sete mil e sessenta e cinco reais), que se refere à segunda parcela do convênio de 2005 e apenas ficou disponível na conta da Unitrabalho no dia 18 de setembro. Portanto, qualquer possibilidade de conexão entre aquele R\$1,7 milhão e esses recursos da Unitrabalho é materialmente impossível porque o depósito em conta só foi realizado na segunda-feira.

Sr. Presidente, peço que sejam registradas, na íntegra, as duas notas oficiais, na sessão de hoje, tanto a da Unitrabalho como a do Ministério do Trabalho, em que constam todos esses detalhamentos acerca da irresponsabilidade que, infelizmente, o clima eleitoral acaba criando, oportunidade em que algumas pessoas ficam levantando suspeitas e insinuações que não se sustentam nem mesmo na materialidade, como é o caso do repasse do recurso que só foi efetivado, só entrou na conta da ONG na última segunda-feira. Lançam suspeitas sobre uma entidade que trabalha em conjunto com as principais universidades públicas e privadas comunitárias e filantrópicas do nosso País.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTA OFICIAL

A Fundação Interuniversitária de Estudos Pesquisas sobre o Trabalho – Rede UNITRABALHO vem a público prestar os seguintes esclarecimentos à sociedade brasileira face às matérias publicadas hoje 20/09, pelo jornal *Folha de São Paulo* e pelo *Site UOL*, relativas a repasses de recursos pelo governo federal para o desenvolvimento de projetos e pesquisas desta Rede Universitária.

- 1) A UNITRABALHO é uma Rede Nacional de Universidades, fundada em 1996, que reúne atualmente 93 instituições de ensino superior, públicas e comunitárias, de todo o Brasil.
- 2) A UNITRABALHO, desde a sua fundação em 1996, recebeu recursos oriundos de convênios com governo federal e outros organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, com o fim de desenvolver projetos de pesquisa e extensão em parceria com organizações governamentais e não governamentais.
- 3) A UNITRABALHO, ao longo de seus 10 anos de atividade, desenvolveu com êxito mais de 100 projetos financiados por organismos governamentais nacionais e por agências de cooperação internacional. São projetos nas áreas de Avaliação de Políticas Públicas, Educação e Trabalho, Saúde do Trabalhador e Economia Solidária que contribuem para a geração de trabalho e renda e melhoram as condições de vida de milhares de trabalhadores. Todos estes projetos tiveram suas prestações de contas auditadas e aprovadas pelos financiadores e órgãos de controle.
- 4) A UNITRABALHO executa seus projetos por meio de convênios com as universidades a ela agregadas, envolvendo professores e estudantes dessas universidades, possibilitando as indispensáveis atividades de pesquisa e extensão acadêmicas a um grande número de pesquisadores brasileiros.
- 5) A UNITRABALHO é uma instituição acadêmica, não vinculada a quaisquer partidos políticos e se pauta pela ética e transparência em suas ações.
- 6) O prof. Jorge Lorenzetti, docente da Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente licenciado, participou em conjunto com outros professores, pesquisadores e reitores de universidades brasileiras da constituição da Rede UNITRABALHO, fundada em 16 julho de 1996, e foi dirigente da instituição até 13/10/1996.
- 7) Após esse período, o prof. Jorge Lorenzetti exerceu a coordenação de relações internacionais da Rede, não atuando como representante da UNITRABALHO, junto órgãos do governo federal. Desde o mês de março de 2005, o referido professor desligou-se de suas funções e não possui mais vínculos com a nossa instituição.
- 8) Sendo assim, a UNITRABALHO repudia veementemente quaisquer tipo de insinuações de favorecimento ou uso indevido de recursos públicos e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Prof. Dr. Nazem Nascimento
Diretor Executivo

Nota à Imprensa

Sobre a celebração de convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a rede Unitrabalho, temos a esclarecer:

1. A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho é uma rede nacional que agrega, atualmente, 93 universidades e instituições de ensino superior (IES) de todo o Brasil, formada por instituições públicas (federais e estaduais) e privadas. A rede vinha atuando, mediante convênios com o MTE e os estados, na área de avaliação externa dos programas de qualificação profissional desde o ano de 1996.
2. Em 96, quando foi criado o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), o MTE fez convênio diretamente com a Unitrabalho, sem a intermediação dos estados. O valor do convênio foi de R\$ 245.000,00.
3. A partir de 97, no entanto, o MTE passou a repassar os recursos para esta finalidade para os estados, que, por sua vez, celebravam contratos com as entidades de sua escolha.
4. Em abril de 2000, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 279/2000 – TCU – Plenário, recomendou à Secretaria de Políticas Públicas do MTE que estudasse a viabilidade de “contratar o acompanhamento e a avaliação externa dos programas de qualificação sem a participação dos estados, visando proporcionar maior independência ao responsável (MTE) pelo acompanhamento/avaliação”.
5. Contrariando recomendação do TCU, de 2000 a 2002 a avaliação externa do PLANFOR continuou sob a responsabilidade dos estados. Neste período, alguns estados continuaram contratando a Rede Unitrabalho. O valor total dos custos da avaliação, e o realizado pela Rede Unitrabalho no PLANFOR para os estados que a contrataram, estão na tabela abaixo:

Ano	Valor total – avaliação externa	Valor Rede Unitrabalho (Fundação + IES)
2000	R\$ 8.370.067,82	R\$ 2.941.063,74
2001	R\$ 10.853.396,71	R\$ 3.404.562,33
2002	R\$ 1.585.179,23	R\$ 669.524,21

Obs: IES – Instituição de Ensino Superior

6. Em atendimento às determinações do TCU relativas à centralização da avaliação externa, o MTE celebrou convênio direto com a Unitrabalho, em 2003, 2004 e 2005, utilizando-se do disposto na Instrução Normativa 001/97 STN (Secretaria do Tesouro

Nacional), que disciplina a celebração de contratos e convênios no âmbito da administração federal.

7. Os critérios para a escolha da entidade foram:

a) experiência - realização da avaliação externa durante o período de vigência do PLANFOR (1996-2002). Os participantes da avaliação externa são equipes especializadas, coordenadas por professores universitários, a maioria com mestrado e doutorado, caracterizando notório saber;

b) abrangência - está organizada nos 27 estados e em diversos municípios-pólo;

c) Economicidade (redução de custos) - além da avaliação externa e o cumprimento da recomendação do TCU, o plano de trabalho do convênio engloba, como previsto na Resolução 333, de julho/2003, do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador), elaboração do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA), Estudos Prospectivos, Capacitação de Gestores Públicos e Conselheiros de Comissões Estaduais de Emprego, e Elaboração dos parâmetros para a elaboração da Classificação Nacional de Cursos.

d) institucional - caráter público das universidades que compõem a rede com experiência de avaliação externa.

8. A tabela abaixo demonstra o valor utilizado na avaliação externa realizada, em todo o país, no período 2003-2006. Observe-se que o valor do Convênio 2004 refere-se à avaliação externa de 2004 e 2005.

Ano	Valor do Convênio – concedente	Produtos
2003	2.522.163,57	SPMA Avaliação Externa 2003 Estudos qualificação Classificação Nacional de Cursos (análise do Planfor)
2004	4.607.375,00	SPMA Avaliação Externa 2004 Avaliação Externa 2005 Estudos qualificação Classificação Nacional de Cursos (subsídios para elaboração))
2005	6.809.469,16	Avaliação externa 2006 Estudos qualificação Classificação Nacional de Cursos (repertório nacional de qualificações)

	R\$ 3.407.065,09
	Formação de Conselheiros R\$ 1.300.004,07*
	Curso de especialização de gestores para o sistema público de emprego e renda. R\$ 2.102.400,00*

Obs.: Em 2005, além da avaliação externa, estudos de qualificação, classificação nacional de cursos, a Unitrabalho também está formando 400 conselheiros em todo o País e 130 gestores públicos federais, estaduais e municipais – com curso de especialização de nível superior, que estão sendo realizados em 2006.

* Novas rubricas contidas no convênio.

9. Os convênios com a Unitrabalho foram supervisionados pelo MTE e suas prestações de contas seguiram o trâmite normal.

10. Durante a análise da prestação de contas do Convênio 2004 (vigência de 12/2004 até 04/2006), no valor global de R\$ 4.607.375,00, o MTE e a CGU (Controladoria Geral da União) encontraram pendências documentais. Diante disso, o MTE não repassou recursos, referentes à segunda parcela de 2005, equivalente a R\$ 3.404.734,58, até a solução das pendências. As pendências documentais foram solucionadas em 12/09/2006.

11. A legislação não impede o repasse de recursos em caso de pendências documentais. Mesmo assim, o MTE não repassou novos recursos do convênio em execução até a solução do problema. No dia 14/09/2006, o MTE repassou, então, a quantia de R\$ 3.407.065,09 referente a segunda parcela do Convênio 2005, que ficou disponível na conta corrente da Unitrabalho ~~apenas no dia 18/09~~ – *no foi feito 200 reais* –

12. O Convênio 2005, cuja vigência é de 12/2005 a 12/2006, está sendo executado com o devido acompanhamento do MTE.

13. Para finalizar, é importante esclarecer que o MTE, controla o movimento da conta bancária única onde são depositados os recursos liberados para todos os convênios firmados, não tendo havido nesse período nenhuma movimentação diferente das condições estabelecidas no plano de trabalho acordado entre as partes. Essas contas estão sujeitas à verificação periódica por parte do MTE e dos órgãos de controle externo (CGU e TCU).

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– V. Ex^a será atendida de acordo com as normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, representante da Paraíba no Senado Federal.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com profunda honra que ocupo a tribuna desta Casa hoje presidida pelo Senador Marco Maciel, ilustre representante do Estado em que nasci e cuja trajetória política e de vida é fantástica.

Hoje, pela manhã, concedi uma entrevista em que expunha o meu perfil pessoal a um repórter que coletava esse tipo de informação nos gabinetes. Em meio às perguntas, chegou o momento em que eu tinha de confidenciar quem seria o meu ídolo ou um exemplo político para mim nesta Casa. E, com muito orgulho, como pernambucano, eu disse que a pessoa que para mim era uma referência – o que confidencia a V. Ex^a, a esta Casa e ao Brasil neste momento – era o Senador Marco Maciel, pela sua trajetória fantástica. Eu disse que ele foi tudo o que se pode ser politicamente no Brasil: Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador por mais de uma legislatura, Vice-Presidente e Presidente deste País – exerceu a Presidência por diversas vezes. É um Senador de conduta imaculada, intocável e irrepreensível; exemplo de homem público.

Portanto, como pernambucano e como Parlamentar, eu não gostaria de iniciar este pequeno pronunciamento sem que antes fizesse essa referência, que, na verdade, nada mais é do que o reconhecimento público de um homem da envergadura e da trajetória política de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)
– Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Roberto Cavalcanti. Atribuo as generosas menções a meu nome à amizade que nos liga desde os tempos universitários.

V. Ex^a tem a palavra para proferir o seu discurso.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Hoje, trago um tema ou alguns temas que são mais específicos da área econômica.

Foi lançado, há 12 dias, um pacote econômico do Governo no qual me acostei. Assisti à nobre Senadora Ideli Salvatti lançá-lo nesta Casa. Refiro-me ao pacote de habitação. Tendo em vista o seu foco, o seu direcio-

namento, todos os brasileiros devem torcer e lutar para que ele seja implementado, e se porventura existirem algumas falhas, ele deve ser aprimorado.

Mas, a princípio, desde o meu primeiro pronunciamento nesta Casa, eu falava que construção civil, projeto habitacional, move a economia do País, move a geração de empregos. Então, creio que todos temos de nos acostar em projetos como esses.

O Senador Paulo Paim, no dia seguinte, fazia um pronunciamento acerca da sua preocupação com as aplicações do FGTS. Segundo S. Ex^a, o direcionamento do fundo deve focar exatamente, e fortemente, o setor habitacional, e não ser desvirtuado para outros setores. Também me acostei ao pronunciamento do Senador Paulo Paim e teci algumas análises a respeito daquele projeto anunciado pelo Governo.

Passados dez dias, na verdade não temos nada de concreto a respeito desse projeto habitacional. Isso tem gerado um dano à economia muito grave, porque, diferentemente de outros setores, a economia do País é movida pela emoção. A expectativa de se ter um novo projeto habitacional, novas regras habitacionais, gerou um aquecimento na esperança de todos, principalmente na dos consumidores que acreditaram que haveria uma redução de 50% no valor do IPI. Como o consumidor normal não domina as planilhas de custo do comércio, depois de ouvir pela grande imprensa um pronunciamento oficial do Governo no sentido de que haveria uma redução de 50% do IPI, ele pensa que isso vai se refletir nos custos do produto de forma muito impactante; e não percebe que a redução se dá simplesmente pela alteração de tarifa de 10% para 5% do IPI de determinados itens da construção civil.

O pior não é isso, o pior é que essa cadeia de expectativas ocorre da seguinte forma: o cliente vai ao comércio e busca aquela redução de 5% do IPI. O comerciante informa que isso não se realizou, que não aconteceu de maneira formal, que a redução não foi publicada no **Diário Oficial** e que, dessa forma, essa redução não pode ser praticada. O comerciante aciona a indústria; a indústria dá a mesma informação, que ela não pode praticar essa redução, tendo em vista que não foi publicada no **Diário Oficial**, e gera-se toda uma frustração por parte dos consumidores.

Hoje, algumas lojas, algumas casas comerciais estão sendo forçadas a dar esse desconto a seus clientes, ou para não perder a venda, ou para não gerar nele uma frustração. O mercado, na verdade, encontra-se paralisado, especificamente os setores

que foram informados de que haveria essa redução de impostos. Mas até agora a resolução não foi publicada no **Diário Oficial**.

Esta observação vem no sentido de que se faça a complementação, de que se seja implementada a medida, que é positiva.

O mesmo ocorre no tocante ao anúncio do pacote de incentivos fiscais à habitação, de incentivos de uma forma geral, em que foi gerada uma expectativa de que haveria uma substituição na forma dos financiamentos, na maneira como seriam corrigidas as parcelas de financiamento. Não mais seriam corrigidas por meio da TR e sim por uma forma fixa: o adquirente da casa própria teria a expectativa de, ao longo de dez, vinte, trinta anos, período referente ao financiamento, ter o seu financiamento com uma parcela fixa, o que permitiria, inclusive, mais comodidade ao tomador do recurso, sabendo que esse valor seria fixo. Haveria, principalmente no Brasil, grande motivação, em razão dos diversos planos econômicos que houve neste País e que atemorizam o consumidor, o endividado, do quanto, no final, será o valor do seu financiamento.

Dessa forma, o pacote econômico que o Governo anunciou trouxe essa expectativa extremamente positiva. Porém, até hoje o Conselho Monetário Nacional não regulamentou essa modalidade de financiamento. O Conselho necessita dar urgência a esse procedimento para que o Brasil possa voltar a trabalhar e a operar normalmente o setor habitacional. Este setor, da mesma forma que ocorre com as lojas comerciais, também está paralisado em face dessa expectativa. Quem está para adquirir casa própria diz ao financiador: “Quero comprar da forma a que assisti no Jornal Nacional”. O agente financeiro, por sua vez, diz: “Também vi isso, mas não posso operar ainda dessa forma por falta de regulamentação”.

Então, o apelo vem no sentido de que se seja regulamentada essa redução no Conselho Monetário Nacional, no tocante a essa nova linha de financiamento, e que o **Diário Oficial** publique a decisão, a fim de que a cadeia como um todo – indústria, comércio e consumidor – seja beneficiada pelas reduções do ICMS.

Era o tema que eu queria abordar.

Solicito ao Sr. Presidente permissão para ler rapidamente alguns tópicos atinentes a um artigo publicado hoje, no **Gazeta Mercantil**, jornal de grande expressão brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador, fique à vontade para fazer uso do tempo necessário ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – O artigo a que refiro foi escrito pelo Presidente da Abiplast – Associação Brasileira da Indústria do Plástico –, Sr. Merheg Cachum, que faz uma abordagem extremamente precisa da realidade do Refis, concluindo que ele não gera sonegação. Nele, o Presidente da Abiplast diz que o sonegador não busca o Refis, porque, na sua essência, ele não tem, formal ou contabilmente, impostos a pagar. Quem busca o Refis são empresas que passaram por dificuldades e que, momentaneamente, tornaram-se inadimplentes, guardando um estoque de passivo que, na sua operação normal, não conseguem liquidar. Por esse motivo, buscam instrumentos de parcelamento de maior prazo, com alguns descontos que viabilizem o pagamento. Assim, tornam-se empresas vivas, ativas, produtivas, pagadoras e geradoras de impostos, diferentemente do sonegador em si.

O Refis não beneficia sonegador, mas empresas que estão inadimplentes e têm, nas suas contabilidades, registrados esses passivos.

Um outro ponto interessante que reforça a argumentação do Presidente da Abiplast é uma matéria publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, no dia de hoje, sob o título: “Refis 3 faz receita bater novo recorde”.

Trata-se de um fato extremamente curioso: de um lado, há uma estrutura de parte do Governo contrária à implementação de programas de recuperação fiscal e, de outro, a constatação de que esses programas trazem para o caixa do Governo Federal recursos considerados perdidos.

A caracterização maior do valor positivo dos programas de recuperação fiscal, como o Refis 1, o Refis 2 e o Refis 3, é a constatação de que, no mês passado, a Receita Federal obteve a sua maior arrecadação, batendo um novo recorde.

Sr. Presidente, peço que seja considerado lido o artigo publicado na **Gazeta Mercantil** do dia de hoje, 21 de setembro de 2006, sob o título: “Refis não gera sonegação”, de autoria do Presidente da Abiplast, Sr. Merheg Cachum.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Refis não gera sonegação

A pesada carga tributária é fator de inadimplência

A teoria, propagada nos últimos meses na imprensa por alguns articulistas, de que os empresários que optam por programas de recuperação fiscal, do tipo Refis, são privilegiados e que esse tipo de mecanismo estimula a sonegação de tributos, parte de uma premissa equivocada: de que inadimplência configura sonegação.

Da forma como esses artigos têm sido veiculados pela mídia fica, para a opinião pública, a sensação de que os empresários que tentam colocar sua vida tributária em dia fazem parte de uma elite privilegiada que deixou de honrar suas obrigações fiscais intencionalmente e, assim, seria um sonegador, prejudicando o conjunto da Nação.

Tal análise seria válida se estivéssemos vivendo num país em que a carga tributária não tivesse seguindo uma curva acentuada e sempre crescente nos últimos quinze anos. Seria correta a acusação de sonegador, se quem participa desses programas de refinanciamento não fosse obrigado, pelas próprias regras do refinanciamento, a abrir toda sua vida tributária ao Fisco e, assim, conferir total transparência de sua contabilidade aos órgãos arrecadadores da União, dos estados e municípios.

Quem é sonegador ou tem intenção de sonegar se esconde. Nunca mostrará suas contas. Sonegador não vai pedir para entrar no Refis, pois quem sonega sabe que pratica um crime. Como o próprio ter-

mo diz, quem é sonegador oculta informações e não abre suas contas para acertá-las, aos poucos, no futuro.

Ao contrário de sonegação, inadimplência não é crime. É uma situação momentânea à qual a maioria das empresas brasileiras está sujeita. Dada essa carga tributária monstruosa com a qual se convive há décadas, raras são as empresas que conseguem cumprir integral e em dia suas obrigações fiscais. E se elas se valem de mecanismos criados pelo Esta-

Quem é sonegador se esconde. Nunca mostrará suas contas, pois quem sonega sabe que a prática configura um crime

do para colocar sua vida em ordem é por necessidade absoluta de se regularizar, pois, ao contrário do que se diz, os programas não são baratos.

Em alguns casos, sobretudo no último Programa de Recuperação Fiscal, batizado pela mídia de "Refis 3", a taxa de juros instituída é baseada na Selic, fato que se tornar ainda mais grave numa conjuntura econômica onde a maior parte das empresas não consegue rentabilidade capaz de suportar uma despesa adicional.

Prova de que os programas de refinanciamento são onerosos para os empresários é que muitas empresas que aderiram

aos programas implantados pelo governo a partir de 2000 desistiram ou foram excluídas por falta de pagamento.

Temos então três fatores conspirando contra a atividade empresarial, a saber:

1) Carga tributária sempre em alta, margens de lucro esfaceladas ou em declínio e uma economia com ciclos de altas e baixas, que impede um melhor planejamento geral, inclusive o tributário.

Diante disso, classificar como regalia de uma elite empresarial a opção de refinarciar débito fiscal é brigar com a realidade de milhares de empresários. Há uma inversão de pressupostos quando se generaliza a culpa.

2) Outro fator que os críticos dos programas de recuperação se esquecem de mencionar é que, em quase todos os países do mundo, existem programas semelhantes aos implantados no Brasil.

Contra o argumento de que está havendo estímulo à sonegação em razão dos programas de refinanciamento há também o fato de que, nos últimos anos, a arrecadação tributária federal quebra recordes a cada ano que passa, mesmo com a economia crescendo pouco.

Como então pode se falar em crescimento da sonegação — ou a ameaça de sonegação — se a máquina arrecadadora está cada vez mais eficiente?

* Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast)

Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex^a será atendido, na forma regimental, quanto à publicação do documento a que se referiu.

Aproveito a oportunidade e convido V. Ex^a para assumir a Presidência, neste instante, diante da necessidade que tenho de fazer um pronunciamento a seguir.

O Sr. Almeida Lima, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, representante do Estado de Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, na tarde de hoje, pretendo fazer algumas considerações acerca de uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, salvo engano no último dia 6 de setembro.

O Supremo Tribunal Federal liberou a divulgação de pesquisas eleitorais por meio de comunicação ampla na imprensa ao declarar procedentes, em parte, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 3.741, 3.742 e 3.743, propostas por três partidos políticos contra todo o texto da chamada minirreforma eleitoral – Lei nº 11.300, de 2006 –, aprovada pelo Congresso Nacional no início do ano. Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal manteve a lei, declarando a inconstitucionalidade apenas do art. 35-A, parte que fazia restrições para a divulgação, pelos meios de comunicação, de pesquisas eleitorais. Agora, com a revogação do dispositivo, não há mais restrições para a divulgação das pesquisas.

De logo, tenho a dizer que considero, sob o ponto de vista jurídico, que a decisão do Supremo Tribunal Federal é um grande equívoco, pelo fato de ter considerado inconstitucional a norma que previa a proibição de publicação de pesquisas 15 dias antes das eleições.

Constam da decisão e do voto do Ministro Relator vários argumentos. Para mim, todos os argumentos levantados com fundamento na Constituição seriam válidos se não houvesse nela o princípio maior estabelecido no art. 1º, que declara que o Brasil, como República Federativa, constitui-se em Estado democrático e de direito, e contém, em seu parágrafo único,

a célebre expressão, comum aos estatutos democráticos, de que o poder emana do povo, de forma direta ou indireta.

Portanto, quando S. Ex^a, o Ministro Relator, em seu voto, fala da liberdade de expressão, das garantias e dos direitos individuais do cidadão, do direito à informação, embora fundamentado na Constituição, é preciso dizer que se trata de uma interpretação eivada de um enorme equívoco. São normas constitucionais e até posso dizer que algumas delas se constituem em princípios – o princípio da liberdade de imprensa, de comunicação, o princípio do direito à informação –, mas esses direitos não foram tolhidos. O que se busca com a pesquisa são informações. A pesquisa não foi proibida, mas a sua divulgação sim. Portanto, separemos em duas partes. Não há proibição quanto à pesquisa. A proibição estabelecida é em relação à divulgação, mas aí se poderia dizer, como se disse, que há a liberdade de imprensa. É verdade. Trata-se de um princípio que não podemos desconhecer. No entanto, existe, na Constituição, um princípio maior que subordina todos os outros. Tanto é verdade que a doutrina do Estado, a doutrina constitucional, não apenas a brasileira, mas a do Direito comparado à de outros países, mostra, com muita clareza, a possibilidade de constatação daquilo que chamamos de norma constitucional inconstitucional. A princípio, pode parecer uma incongruência: como a norma que está na Constituição pode ser considerada inconstitucional? Foi exatamente isso que disse e reafirmo. Há possibilidade na nossa Constituição. Temos inúmeras normas constitucionais que são consideradas inconstitucionais embora estejam no bojo da Constituição. Refiro-me exatamente a esse princípio maior. Quero sustentar os meus argumentos exatamente em cima dessa possibilidade.

O primeiro que trago é aquele estabelecido no art. 1º, que diz expressamente: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos...” E arrola os fundamentos. O parágrafo único reza que todo poder emana do povo. Ora, este é o princípio maior constitucional que rege a vida da Nação brasileira, do nosso País. Nada que está incluído na Constituição, qualquer item, qualquer norma que se apresente contrária a esse princípio deve ser considerada inconstitucional.

Este é o grande princípio a reger – e que deveria reger – toda a Constituição brasileira; quando diz que o Brasil é uma República e que esta República é federativa. Quantas e quantas normas encontramos na Constituição que negam este princípio maior que é o da federação brasileira e que poderiam e podem

ser consideradas inconstitucionais, apesar de estarem na Constituição, porque ferem de morte, negam a nossa federação? São inúmeros. O próprio Congresso Nacional, com base num dispositivo da Constituição – e o Senado especificamente, até mesmo em seu Regimento Interno –, patrocina esse tipo de inconstitucionalidade em normas constitucionais, pois, se a nossa República é federativa e a Federação pressupõe o equilíbrio dos Estados e Municípios, tanto que a representação do Senado Federal é equitativa, três Senadores por Estado, como a Constituição permite, então, que um projeto de lei ordinária entre o que ela especifica, cujas matérias são especificadas, possa ter tramitação terminativa em uma Comissão?

Isso é uma norma inconstitucional, e o Senado a pratica diariamente. Projetos de lei que são considerados aprovados pelo Senado não vêm ao Plenário, onde se encontra a equitatividade da Federação. Mas é aprovado de forma terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou até mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos, quando, nessas Comissões, não está a representatividade da Federação equitativa. Estados, numa dessas Comissões, podem ter três Senadores, enquanto que, de um outro Estado, pode não ter nenhum, de acordo com a indicação de sua Bancada. Isso é uma norma inconstitucional, porque fere de morte o princípio da Federação.

Há uma outra norma na Constituição que assegura ao Governo da União, por seus órgãos, pela Secretaria do Tesouro Nacional, bloquear receitas, transferências constitucionais para os Estados e Municípios, a exemplo do FPM e do FPE, quando estes entes federados estão em mora com a União ou com a Previdência Social. Um simples funcionário da Secretaria do Tesouro Nacional aciona o seu computador e bloqueia o repasse de receitas próprias dos Estados, como o FPE, e próprias dos Municípios, como o FPM, até que a sua situação seja resolvida junto ao Tesouro Nacional. Alguém pode dizer: “Mas isso é legítimo, ele está devendo”. Sim, concordo. E qual é o instrumento que o Estado e o Município possuem em contrapartida, num equilíbrio de direitos com esta mesma força e com este mesmo poder que a União tem contra os Estados e Municípios para fazer valer os seus direitos? Não existe. Então, esta é uma norma inconstitucional, porque fere o princípio da federação e da igualdade entre os entes federados.

Eu era prefeito de Aracaju nos idos de 1994, 1995 e 1996, e a Prefeitura não recebia seus tributos, a exemplo de IPTU, de propriedades, verdadeiros sítios, parques, dentro da cidade, da área urbana, onde se encontra, por exemplo, instalada a Embrapa. A União não pagava ao Município. E o Município não

tem esse direito correlato de bloqueio de receitas ou o direito de não pagar à União por conta de um crédito que possuía.

Então, é preciso que fique muito claro: na Constituição existem normas constitucionais, que são, porém, inconstitucionais. Por que razão? Porque elas ferem princípios maiores da nossa Constituição.

A Constituição brasileira é um modelo de constituição normativa – extensa, com 250 cinquenta artigos, sem falar dos seus parágrafos, incisos e alíneas. Não é uma Constituição “principiológica”, como a americana, em que há poucos artigos e que, por esta razão, sobrevive há mais de dois séculos, há mais de 200 anos.

Mas o outro princípio que temos de defender – princípio regente, maior, que está no art. 1º da Constituição e em seu parágrafo único – é que esta República Federativa constitui-se em Estado democrático. E mais, Estado democrático que pressupõe o respeito à vontade, à opinião dos cidadãos, dos eleitores. Não há Estado democrático sem respeito à vontade do cidadão, até porque o parágrafo único do referido diz que o poder emana do povo, ou seja, que a soberania do Estado reside no povo. É a vontade popular que deve reger. Daí o princípio maior dizer, no art 1º, que, além de ser uma República Federativa, o Brasil constitui-se em Estado democrático de direito.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concederei logo a seguir, apenas para trabalhar o raciocínio. Terei imenso prazer em ouvir V. Exª.

Então, o respeito à vontade popular é um princípio sagrado, constitucional, maior, que precisa ser obedecido sobretudo pela Corte constitucional do País, que é o Supremo Tribunal Federal, ao qual compete zelar, preservar, interpretar e executar as leis.

No entanto, essa decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, que considera inconstitucional a norma que proibia a divulgação de pesquisas eleitorais 15 dias antes da eleição, sob a alegação do direito à informação, é equivocada. Esse direito à informação não pode ferir a legitimidade da soberania popular, que é um princípio maior; não pode ser negado: qualquer um tem o direito de fazer pesquisas eleitorais e de informar-se. Aquilo a que não se dava direito é à divulgação pela imprensa. Nós sabemos de que resultam as pesquisas eleitorais: exatamente da fraude, do embuste e dos vícios, que levam a não tornar legítima a eleição, a não tornar válida, respeitada, soberana a vontade popular.

O eleitor precisa, no dia 1º de outubro, ser dirigido apenas por sua consciência e não por pesquisas

eleitorais indutoras. Como haverá eleições livres, democráticas, soberanas, legítimas, se eivadas de vícios pelo abuso de poder econômico, por um lado, e pelas pesquisas eleitorais, por outro. Não me reporto apenas às pesquisas deste pleito, mas às pesquisas de todos os pleitos eleitorais – e já mostrei da tribuna desta Casa esse fato.

E ainda há a parte da justificativa constitucional, que pode muito bem legitimar uma decisão contrária à do Supremo Tribunal Federal. Anteriormente, a proibição era para 48 horas, e o Supremo Tribunal nunca disse que era inconstitucional! Se a divulgação era inconstitucional para 48 horas, também o seria para 15 dias, assim como para três meses, conforme a emenda que apresentei na Comissão, por entender que, a partir das convenções e do pedido de registro das candidaturas, não deveria mais haver a divulgação de pesquisas eleitorais. E vou mostrar e provar por quê.

Mas, antes mesmo de entrar nessas questões mais factuais que trago para V. Ex^{as} e para o Brasil inteiro; antes mesmo de concluir essa parte da justificativa constitucional, quero conceder um aparte a V. Ex^a, nobre Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Almeida Lima, essa matéria que V. Ex^a traz à tribuna sobre a questão das pesquisas me deixou um pouco intrigado, porque, há tempos, uma prefeitura que não tinha prestado devidamente as contas relativas a uma ponte não pôde receber telecentros para que sua comunidade tivesse acesso à Internet e obtivesse informações com relação ao mundo. V. Ex^a diz que se tem de soltar a pesquisa para que todo mundo tenha acesso. Não é isso que V. Ex^a afirma? É isso que o Supremo Tribunal decidiu?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O Supremo considerou inconstitucional a lei que proibia que, nos últimos 15 dias que antecedem a data da eleição, sejam publicadas pesquisas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Por quê?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sob a alegação de que precisava assegurar ao cidadão o direito à informação.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Por que, então, o Governo, por causa de uma incorreção na prestação de contas da construção de uma ponte, pode bloquear o Telecentro em uma cidade, ou seja, o acesso à informação, se a comunidade tem o direito de se informar? V. Ex^a entende a questão? Foi isso que me veio à cabeça; comecei a pensar nisso durante a exposição de V. Ex^a. É totalmente contrário o que se aplica ao que se justifica em relação à pesquisa. Na prática, o argumento não é válido. O Tele-

centro, ou seja, o mesmo instrumento de informação, foi vetado, porque a prefeitura não prestou contas da construção de uma ponte cuja verba havia sido liberada. O direito é o mesmo. Qual é a essência? O direito à informação. Ele tem de valer para tudo. Faço essa consideração, porque, realmente, se o Supremo considerou inconstitucional aquela parte da lei, o mesmo tem de valer para qualquer tipo de informação. Não se pode cercear, por causa de uma ponte, o acesso de uma comunidade ao Telecentro, que vai permitir o acesso à Internet e a obtenção de informações sobre o mundo inteiro. São diferentes interpretações para um mesmo conteúdo: acesso à informação. Isso não funciona, não há lógica nisso. Cada decisão está sendo um fato isolado do contexto geral.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Nobre Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a. Reafirmo que minha discordância não se baseia apenas em fatos da vida política nacional, relativos às pesquisas. Para mim, ela é uma questão constitucional; isso porque, na interpretação da Constituição, neste caso, embora tenha sido por unanimidade, pelo brilhante pensamento dos nobres Ministros do Supremo Tribunal Federal, há um equívoco.

Aprendi, ainda no meu curso de Direito, estudando em Carlos Maximiliano **Hermenêutica e Aplicação do Direito**, que é a interpretação do Direito, uma figura de interpretação, um modo de interpretação que ele chama de lógico-sistemático. Não podemos pegar a Constituição num único dispositivo, fazer a leitura e buscar da leitura uma interpretação gramatical isolada, sem a sua vinculação ao todo, ao estrutural, a todo o seu bojo, a todo o ordenamento jurídico, sobretudo sem a visão dos princípios maiores que a regem.

Um outro princípio que aprendemos na hermenêutica é o da hierarquia das leis, das normas, e que, acima de todas elas, está o princípio maior. Então o art. 1º da Constituição Federal é o princípio maior que rege a vida política do Estado brasileiro. Qualquer norma da Constituição que seja contrária aos princípios republicanos, aos princípios federativos, aos princípios democráticos, aos princípios da soberania – do exercício da soberania popular – é inconstitucional. E está cheio de normas inconstitucionais, normas constitucionais – já que elas estão na Constituição – inconstitucionais.

Então, não podemos, diante de uma norma que fala da liberdade de expressão, que não é o caso, mas do direito à informação... Ora, a informação está nas ruas! Ninguém impediu quem quer que seja de fazer a pesquisa. Pode muito bem pesquisar. Os partidos podem pesquisar. O que se pretendeu em nome da legitimidade, da soberania do voto, foi exatamente a sua divulgação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recordo-me – e trago aqui – que, no dia 15 de dezembro de 2005, discutíamos essa questão das pesquisas eleitorais e o Projeto do nobre Senador Jorge Bornhausen nesse sentido. Depois que se transformou na minirreforma eleitoral, vim à tribuna para falar exatamente de pesquisas eleitorais. Vou repetir agora o que eu disse naquela época, com a permissão de V. Ex^a:

A minha preocupação é a busca da legitimidade no processo eleitoral. E muitos estão preocupados na busca dessa legitimidade com a questão que envolve o País de Norte a Sul, nos dias de hoje, e que diz respeito à corrupção, ao uso do dinheiro nas campanhas eleitorais. Mas é preciso que se diga que este não é o único fator que tem levado à ilegitimidade do processo eleitoral, pois entendo que entre tantos outros nós temos um que é crucial e se trata exatamente das pesquisas eleitorais.

Ora, estamos com projetos que visam à reformulação da legislação eleitoral. Se não atentarmos para esse aspecto, estaremos passando para a opinião pública a idéia de que as nossas eleições serão legítimas, resolvida a questão do financiamento de campanha. Engano. Não teremos eleições legítimas neste País enquanto forem permitidas a realização de pesquisas eleitorais [e a sua divulgação]. Não a proibição da realização de pesquisa, mas a sua divulgação.

Eu, particularmente, considero a pesquisa um instrumento científico real e válido. No entanto, no Brasil, quase sempre, se constitui em uma fraude. A pesquisa eleitoral induz o resultado da eleição; induz o eleitor, que tem a mania de não querer votar naquele candidato que, pela pesquisa eleitoral, aparece derrotado. Isso eu disse no ano passado.

Todos sabemos que, embora seja um instrumento científico, a pesquisa é feita pelos homens que têm interesses, que, na maioria das vezes, não são interesses legítimos. A pesquisa não conscientiza o eleitor em nada. A pesquisa tem um custo caríssimo e, quando um candidato majoritário faz publicar uma pesquisa que lhe é favorável, induz o outro candidato adversário a contratar um instituto mais conhecido e mais caro ainda para poder rebater aquela informação diante do eleitorado, mostrando claramente que ali não há correção. Por outro lado, é preciso que se diga que, numa pesquisa publicada faltando 60 dias, 30 dias para uma eleição, aquele can-

didato que nela se apresenta como derrotado não terá condições de buscar recursos para financiar sua campanha, como a legislação está a orientar. E mais: qual o candidato, ou a militância de candidato, que vai continuar a ter ânimo e permanecer na campanha quando ele se apresenta diante de uma pesquisa como um derrotado? Desestimula o candidato, desestimula a militância e faz subir exatamente aquele candidato que se apresenta em condições favoráveis, buscando a definição daquele eleitor que não gosta evidentemente “de perder o voto” (entre aspas).

Sem dúvida alguma, as pesquisas em nosso País são fonte de corrupção e fraude. Devo, inclusive, trazer a V. Ex^{as} um caso conhecido em meu Estado [estou aqui lendo um pronunciamento de setembro de 2005], Sergipe, em 1994. Prestem bem atenção, senhores. Não vou falar de instituto de pesquisa pequeno; aliás, os pequenos todos gostam de criticar. Quero fazer uma crítica ao Ibope, que é um instituto grande.

O Ibope, em [setembro de] 1994, em Sergipe, fez publicar [Senador Wellington Salgado], pelo Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão, uma pesquisa onde apontava o candidato, lá em 1994, Albano Franco ao Governo de Sergipe [...] com 44%, e Jackson Barreto, o seu opositor, na época, com 28%, basicamente 30 dias para a eleição. Quinze dias depois, o mesmo Ibope, no dia 14 de setembro, faz publicar no Jornal Nacional a notícia de que Albano Franco tinha saído de 44% para 50% e Jackson, de 28% para 31%.

Na antevéspera da eleição, no final do mês de setembro, apresentava Albano Franco com 49% e Jackson Barreto com 31%, uma diferença de 20%.

Os senhores devem saber que, quando o Jornal Nacional publica pesquisa dessa ordem, o que faz a imprensa no dia seguinte. [...]

E aí apresentei os jornais lá do nosso Estado, que veiculavam em todas as manchetes: “Ibope confirma ampla vantagem de Albano”. Vinte por cento! “Pesquisa confirma ampla vantagem de Albano”; “Albano dispara na pesquisa do Ibope”. Quarenta e oito horas antes da eleição, a imprensa divulgou o resultado da pesquisa: 51% a 30%, 20% de diferença. Outra manchete: “Ibope dá vitória a Albano no primeiro turno”.

Perguntei na época: “Os senhores sabem qual foi o resultado?” E apresentei o resultado do primeiro turno que tinha em mão.

A matéria do Ibope está toda aqui, e exatamente o resultado das eleições todos podem buscar no *site* do Tribunal Regional Eleitoral. “Albano Franco ganha no primeiro turno com 50%; Jackson, com 30%, com uma margem de 20% na frente” – isso era o que dizia a pesquisa [publicada pelo Jornal Nacional e por toda a imprensa local]. Mas Albano Franco teve 280.926 votos e Jackson Barreto, 282.000 votos. Aquele que iria perder com 20% a menos ganhou no primeiro turno. Aquele que iria perder com 20% a menos pelo Ibope – está aqui o resultado oficial – ganhou no primeiro turno.

Eu trouxe para esta Casa as pesquisas do Ibope colhidas em seu próprio *site*, os jornais do dia da publicação das pesquisas, bem como o resultado eleitoral publicado no *site* oficial do TRE: 20%.

Sr. Presidente, peço a benevolência de V. Ex^a para concluir o discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a contará com a benevolência da Presidência. Ressalto, porém, que seu tempo já foi prorrogado sucessivamente por mais cinco, mais cinco, mais três, mais dois, mais dois e mais dois minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, o tempo é importante para abordar uma matéria como esta, uma vez que estamos numa antevéspera das eleições. Entretanto, compreendo. Estou ciente de que já fiz uso de bastante tempo, mas permita-me concluir com estas leituras.

À época, perguntei: o Ibope errou? Não, porque cientificamente a pesquisa é um instrumento válido. E o Ibope – digo agora – tem condições e competência científica para elaborar as pesquisas. Vai ser demais dizer que o Ibope fraudou? Não, não. O Ibope fraudou, sim. O Ibope fraudou, lá em 1994, as pesquisas em Sergipe. O Ibope fraudou!

E mais: assumo a responsabilidade de dizer isso aqui. Ambos os candidatos lá, hoje, politicamente, são meus adversários. Não tenho nada com nenhum dos dois. Não defendo nenhum dos dois, mas trouxe à tribuna desta Casa apenas o registro da história, para mostrar que isso não é legítimo. Fraudou? Sim, fraudou.

O que aconteceu na eleição municipal em São Paulo com o atual Prefeito José Serra e a candidata Marta Suplicy? Qual era a diferença que se dava favorável a Marta Suplicy?

E os institutos cumprem aquele desejo de puxar para cima quem está embaixo e de empurrar para baixo quem está em cima. E, próximo às eleições, para não passar muita vergonha e para a fraude não ficar escancarada, começa, Sr. Presidente, a diminuir a diferença.

Pois, olhem, fiz questão de vir à tribuna no dia de hoje, porque, na próxima semana, deste domingo a oito, teremos eleições gerais no País. E tenham certeza V. Ex^{as} e o povo brasileiro de que, apesar dos dados apresentados, mesmo por essas pesquisas que estão sendo divulgadas hoje, o Brasil, para Presidente da República, terá segundo turno. Terá segundo turno, porque conhecemos a fundo o perfil de todas essas pesquisas. Não venho à tribuna de forma irresponsável para falar de instituto “a” ou de instituto “b”. Eu trouxe dados e pedi, à época, que o Ibope me contestasse, como ratifico agora: quero que venha publicamente me contestar, de preferência os dados que o Ibope publicou nessas datas a que me referi, lá em 1994, com uma diferença de 20%. Quero que, cientificamente, o Ibope me mostre essa margem de erro. Isso não é erro, isso é fraude.

Logo, Sr. Presidente, volto ao início do meu pronunciamento: o Supremo Tribunal Federal cometeu um erro muito grave ao considerar inconstitucional a norma que proibia a publicação de pesquisas 15 dias antes da eleição, porque essas pesquisas são indutoras do eleitorado e enfraquecem o processo eleitoral. Quem está na pesquisa com 1%, 2% ou 5% não tem coragem de buscar financiamento de campanha, porque ninguém o faz. Candidato que está com 1% ou 2% não tem coragem de sair de casa para ir à rua buscar o eleitor e pedir o seu voto. E o eleitor brasileiro – nós sabemos disso, e o Supremo Tribunal Federal deveria conhecer a realidade do nosso País – não quer votar em quem vai perder, sobretudo aquele indeciso, o que decide na última hora. E isso é eivar de vícios o exercício da soberania popular, princípio maior do Estado democrático de direito.

Está lá no art. 1º: o Brasil é uma República Federativa e se constitui em Estado democrático de direito, e não há democracia sem que o exercício da soberania seja verdadeiro, legítimo, escoimado de qualquer vício, de qualquer ilegalidade ou ilegitimidade. Portanto, é preciso que se reformem as nossas legislações e que o Supremo Tribunal Federal passe a adotar a interpretação da Constituição brasileira atendendo a seus princípios maiores e não a normas que estão dentro da Constituição, mas que são inconstitucionais.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero dizer à população brasileira que fiz esse registro na tarde de hoje e retornarei a esta Casa, no início de outubro, para me reportar ao mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, congratulo-me com a Senadora Ideli Salvatti, que se encontra aqui. Pela primeira vez, consigo ter um ponto em comum com a representante de Santa Catarina. A CPI que sugiro não pode, Senadora Ideli, nem deve ter objetivo eleitoreiro. Tanto isso é verdade que estou pedindo as assinaturas, mas quero que a sua instalação só se dê após a realização do pleito que se aproxima, porque penso que não podemos confundir o objetivo de apuração de desvios de recursos públicos com atividade eleitoral, até porque os governantes passam e as instituições ficam. E as instituições, para que se perpetuem, têm de ser sólidas e acima de qualquer suspeita.

As preocupações com a instalação dessa CPI podem ser vistas pelo Governo pelo ângulo que quiser. É um direito que lhe assiste. No entanto, o Governo não tem o poder de tentar determinar a intenção de quem faz oposição.

Está sendo citada e enfocada aqui uma ONG chamada Unitrabalho, com dez ou quinze anos de existência. Para que essa ONG não sofra com esse processo, pelas ligações estreitas de seus membros com esse esquema que enodoa a vida pública brasileira e contamina o Palácio do Planalto, é preciso que ela própria tenha uma oportunidade formal de separar os fatos. Essa ONG precisa de uma oportunidade para mostrar inclusive por que teve um tratamento diferenciado em dois governos: no Governo Fernando Henrique, que a base gosta sempre de citar como exemplo, recebeu R\$800 mil; no atual Governo, R\$18 milhões.

Chamo a atenção para isso, Sr. Presidente, e ressalto que a minha preocupação com as ONGs decorre das coincidências que as ligam a fatos graves que acontecem permanentemente no Brasil.

Tivemos, há três ou quatro meses, a invasão das dependências da Câmara por parte do MSLT, uma filial do MST, oportunidade em que se depredou o patrimônio público e funcionários foram feridos – tendo o funcionário de um jornal, inclusive, ficado paraplégico por conta do episódio. Depois se viu que os gestores, os líderes, os cabeças do movimento são os mesmos gestores de duas ou três ONGs que recebem dinheiro do Governo Federal.

Ontem, ao iniciar esse processo de coleta de assinaturas, recebemos manifestações de todo o Brasil. Há brasileiros que querem saber, afinal, o que são as ONGs e o que fazem em sua terra, porque eles passam pelas ruas, vêem as placas e os belos carros nas portas dos prédios que as abrigam, mas não conhecem, na realidade, o trabalho que elas desenvolvem.

Por isso, faz-se necessário criar uma CPI para fazer uma apuração tranqüila e com transparência.

Ontem, um dos **e-mails** que recebi chamou minha atenção. Um ouvinte da TV Senado que acompanhou a sessão de ontem me chamou a atenção para uma nota publicada no **site** do jornalista Cláudio Humberto, que informa que R\$3,5 milhões foram liberados para uma ONG chamada Sociedade Amigos de Plutão e que essa ONG teria como objetivo a discussão da nomenclatura dos planetas.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nosso País faltam recursos para a saúde, para a educação, para estradas e para muitas outras áreas. Vejo nas galerias, por exemplo, militares. Essa categoria reivindicou e discutiu, durante quatro anos, a melhoria de seus salários, mas o Governo não prestou atenção a isso. Não é possível que sobre recursos para serem distribuídos a ONGs que ninguém sabe a que se destinam.

O objetivo da CPI é exatamente separar a boa intenção da má intenção, separar as ONGs que prestam serviço social, que atendem a comunidade, que são auxiliares de um trabalho que o Governo não pode fazer e até não deve fazer das que se utilizam de seu prestígio por terem tido a mesma origem de governantes temporais – como, por exemplo, no presente caso, de origem sindical –, e daí terem acesso à liberação de recursos que nunca ninguém sabe como são aplicados e quais as suas destinações.

Tenho a impressão de que a instalação dessa CPI interessa a todo brasileiro de boa-fé, a todo brasileiro bem-intencionado. Não interessa àqueles que, de uma maneira indireta, contribuíram para que recursos não muito claros ou republicanos, como gosta de dizer o Ministro Márcio Thomaz Bastos, tenham sido liberados com o seu concurso e apoio. Não estamos investigando ações do Governo, mas, sim, organismos não-governamentais que recebem dinheiro do Governo. Trata-se de dinheiro do Orçamento, cujas verbas muitas vezes são contingenciadas, verbas que se destinam, entre outras coisas, a atender aos Estados mais necessitados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos nos conformar que falte dinheiro para o tapa-buraco, que falte dinheiro para as necessidades prementes, como a conclusão de hospitais Brasil afora, e sobre recursos para ONGs que ninguém sabe de onde vieram, para que vieram e o que fazem.

Quero que fique bem claro que temos em mira as ONGs que não atuam dentro da lei e, com isso, tranqüilizar todos aqueles que têm a responsabilidade sobre seus ombros de conduzir essas organizações não-governamentais e o fazem dentro da lei, com todo

respeito e, acima de tudo, sem a prática de nenhum ato que comprometa o conceito e o bom andamento desses organismos. A intenção não é criar pânico, não é ir contra o Governo, não é eleitoreira, até porque ela só começará a funcionar após a decisão do atual pleito. Por isso, concordo com a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que propôs a instalação da CPI após o pleito. Tenho certeza de que contarei com a assinatura e com a participação de S. Ex^a, até porque é uma oportunidade para se investigarem as denúncias que envolvem ONG instaladas no Estado de Santa Catarina.

Nós, como homens públicos, como representantes dos Estados que nos colocam aqui, temos o dever e a obrigação de colaborar para a transparência dos atos praticados na nossa esfera de atuação.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, meu caro Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Quero parabenizar V. Ex^a pela brilhante idéia, pela oportunidade da proposta que V. Ex^a apresentou a esta Casa no dia de ontem, a mim pessoalmente: a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o que exatamente ocorre no âmbito dessas organizações não-governamentais. Não havia requerimento mais oportuno do que o que V. Ex^a fez, e quero dizer que tive a imensa satisfação de assiná-lo imediatamente após tê-lo recebido de V. Ex^a. Como já disse em outras oportunidades, vou repetir agora: neste Governo e por este Governo têm saído recursos pela “via legal” para fins não-republicanos – pressupomos que República é a coisa pública –, recursos para atividades que não são públicas, portanto para atividades não-republicanas, como esses que o Tribunal de Contas da União constatou: mais de dez milhões para as cartilhas. Ou seja, recursos são liberados pelo Governo pela via aparentemente legal, mas nessa liberação estão embutidas ilegalidades. E há esses recursos liberados para ONG que não conhecemos e cujas atividades não estão sendo fiscalizadas. Cito, como exemplo, um caso envolvendo a Petrobras no Estado de Sergipe, em Aracaju, que liberou recursos em circunstâncias peculiares. Nobre Senador Heráclito Fortes, a Petrobras, quando seu presidente era o ex-Senador José Eduardo Dutra, hoje candidato ao Senado por Sergipe nestas eleições, liberou recursos vultosos para a reurbanização do Parque da Sementeira, em Aracaju, por meio de uma ONG com sede em Salvador – sei lá o que tem Salvador a ver com Aracaju! – com interesses em Aracaju. Depois, descobriu-se que se trata de uma ONG de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Para a reurbanização de um parque público municipal

em Aracaju! Por que razão, nobre Senador? Porque a ONG contrata uma empreiteira de um aliado para realizar a obra sem licitação, quando a Petrobras poderia ter transferido recursos diretamente para a Prefeitura, que inclusive era administrada por um aliado seu, Marcelo Deda, candidato a Governador. Nesse caso, porém, o Prefeito, o Poder Público, teria a obrigação de fazer uma licitação pública e buscar o menor preço. Mas não, transferiu os recursos para uma ONG em Salvador que nem sede tinha e que ninguém descobriu onde ficava. Portanto, V. Ex^a está cobertíssimo de razão, sobretudo quando diz que esta CPI é para ser instalada após a eleição, e ela não tem essa fisionomia “eleitoral”, como o Governo gosta de carimbar todas as CPIs que são instaladas no Congresso Nacional. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a pela iniciativa, que é mais do que oportuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Almeida Lima, agradeço o aparte de V. Ex^a, sempre oportuno e brilhante.

Quando V. Ex^a falava sobre essas questões da ONG, lembrei-me de que, quando estourou o caso da invasão da Câmara dos Deputados e se descobriram várias ONGs montadas na estrutura do Movimento dos Sem-Terra, uma pessoa aqui, salvo engano de Taguatinga, onde funcionava uma dessas ONG que havia recebido R\$4,5 milhões, quando entrevistada, se mostrou surpresa, dizendo que na casa havia apenas uma mulher e um homem e que nunca soube que ali funcionava uma ONG, ou seja, não sabia que lá era uma repartição, pois pensava que fosse apenas uma moradia. Quer dizer, em um gesto simples, a pessoa mostrou que não sabia exatamente o que acontecia em uma ONG que, no mínimo, tem que ter movimento para atender pessoas que, hipoteticamente, receberão ou receberiam benefícios.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, será que não dá para desconfiar que se trata de uma orientação partidária e superior a proliferação de ONG a partir da instalação, da posse do Governo Lula, sobretudo entre os militantes e filiados a esse Partido? Será que essas organizações não-governamentais não surgiram exatamente com o objetivo de aparelhar essas instituições, e o próprio Partido, para a conquista e a manutenção do poder? Portanto, será extremamente oportuna essa investigação. E tenho certeza de que do Estado de Sergipe chegará contribuição para ela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, e já chegaram. Quero até passar a V. Ex^a os e-mails que recebi ontem, questionando as atividades de ONG no seu Estado.

Como tenho o costume de não entrar na casa alheia sem aviso prévio, quero primeiro pedir a V. Ex^a que analise quais são as ONG e me auxilie nesse trabalho. Tenho certeza de que V. Ex^a irá contribuir, o que será muito positivo para o Brasil.

Mas o que me espanta nisso tudo é que, diante desse escândalo, Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, vi o Presidente Lula, hoje, no “Bom Dia Brasil” e confesso-lhe que o meu primeiro sentimento foi de pena. Um homem abatido diante da saraivada de problemas que caem sobre os seus ombros e sua cabeça. Aliás, eu disse aqui, há um mês, que o PT havia jogado um cesto de pedras para cima e esqueceu-se de sair de baixo. Elas começam a cair na cabeça de cada um. Não estava imaginando, até porque não tenho a vocação da profecia, que o escândalo e as pedras seriam bem mais pesadas e maiores do que as que começam a cair.

O Presidente Lula, hoje, Senador Almeida Lima, no “Bom Dia Brasil”, tentou minimizar um fato grave, que é o uso da máquina pública para atos inconfessáveis. E aí vem uma série de irregularidades: funcionários do Governo prestando serviço a comitê eleitoral, quando a regra do Tribunal proíbe terminantemente. Lembro-me de que, no dia da instalação do comitê do candidato Geraldo Alckmin no setor industrial de Brasília, esse núcleo de inteligência, que está fazendo tanto sucesso agora, mandou para a porta fotógrafos para verificar quem chegaria de carro oficial, ou qual assessor de Senador da República ou de Deputado entraria no horário do expediente, pois o lançamento era em horário de expediente, dez horas.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse mesmo grupo transita pelo Brasil afora carregando somas importantes de dinheiro corrente, de real, e de dólares. E de maneira sofisticada, já que o dólar que veio dos Estados Unidos veio de maneira ilegal, criminosa. É um dinheiro que não foi internado legalmente no Brasil. Os dólares poderiam ter chegado por meio das casas especializadas ou dos bancos. Mas não, vieram com o lacre original do órgão equivalente ao nosso Banco Central, sem terem passado por nenhuma tramitação de internação e transferência de recursos. Vieram como? De maneira clandestina, em aviões privados! Esses são fatos que precisam ser esclarecidos.

Pois bem, diante de tudo isso, o Presidente Lula, hoje, depois de indagado, disse: “Olha, estou preocupado com os garotos. Temos que ter cuidado com os garotos”. Quero dar um conselho, Senadora Ideli Salvatti, ao Presidente Lula. Se realmente são garotos, que mande imediatamente à Febem. Mande todos para a Febem porque serão criminosos quando chegarem à maturidade. Serão assaltantes. Se, como

garotos, praticam ilegalidades, protegidos pelo manto da impunidade que supunham do Partido dos Trabalhadores e do Presidente da República. Dar tratamento de garoto a um fato dessa natureza e para marmanjos Barbados, uns, aposentados; e outros, de endereço incerto e não sabido!

Senador Almeida Lima, tínhamos um rol dos membros do Governo que se envolveram em escândalo, mas, todo dia, há um lançamento, um nome novo. Hoje, apareceu um de sobrenome Bucar. Todo dia aparece um nome novo!

As pessoas têm de saber entrar, mas, acima de tudo, têm de saber sair. O Sr. Berzoini, cujo pedido de afastamento teve o concurso da Líder Ideli Salvatti, a quem quero parabenizar por ter atuado de maneira firme, assim como ao Senador Aloizio Mercadante, ao afastar imediatamente o coordenador da campanha de São Paulo, diz, na sua carta de despedida, que, mais do que isso, é uma convocação de guerra: “Uma onda de histeria e de descontrole toma conta da oposição tucano-pefelista e de seus aliados no meio de comunicação”.

Quem são nossos aliados no meio de comunicação? Quem da imprensa está a favor desses fatos? Agora, não se pode exigir da imprensa omissão diante de fatos tão escandalosos. Nós, até a semana passada, nos queixávamos da imprensa porque não divulgava o começo desse fogo que se alastra pelo País.

Sr. Presidente, temos de aprender – V. Ex^a é dono de jornal e jornalista e sabe disso melhor do que ninguém –, precisamos ter humildade com relação aos fatos. Se a imprensa noticia a nosso favor é a melhor do mundo, se noticia contra não presta?

Percebemos que a irritação toma conta de pessoas que deveriam ter equilíbrio para pensar em um momento como este. Preocupa-me o seguinte: algo de errado acontece com os ares do Palácio do Planalto. Algum ar de outro planeta ou de outra galáxia está sendo respirado naquela dependência, contaminando pessoas que, até então, tinham um comportamento de tranquilidade.

Vemos o Sr. Tarso Genro, em uma entrevista desequilibrada, dizer que Tasso Jereissati e Jorge Bornhausen são fracassados. É hora de perguntar ao Sr. Tarso Genro onde os dois fracassaram. É natural, justo e admissível que haja discordância de natureza política e ideológica entre o Tasso com “s” e o Tarso com “r” e entre o Tarso com “r” e o Bornhausen, mas nenhum pode acusar o outro de fracasso. São homens vitoriosos em suas vidas, nas suas atividades. Não conheço derrota na vida do Tasso – transformou um Estado como o Ceará, consolidou uma liderança que imprime respeito em todo o Brasil –, e não conhe-

ço fracasso na vida pública do Senador Bornhausen. Será que o fracasso é pelas companhias? Pelo fato de os dois citados não terem o privilégio – ou não terem a preferência, porque para mim não é privilégio – de ter ao lado companhias como Waldomiro, como o rapaz da cueca, como Delúbio e tantos outros que infelicizam o País?

O Sr. Tarso é responsável pelo humor que o Palácio remete à Nação, é a voz qualificada e escolhida para falar na sua ausência, ou nas suas conveniências, em nome do Presidente da República. Ele não pode descer a esse nível. É uma questão que temos de levantar.

Eu poderia dizer que o Tarso Genro fracassou porque não conseguiu sequer convencer sua filha, a brilhante Deputada Luciana Genro, a estar ao seu lado. Ela envergonhou-se com a lama que começou a tomar conta do Palácio e pulou fora. Eu, como filho e como pai, sei como é duro pessoas que se gostam terem de assumir posições diferentes. Sentar-se aos domingos à mesa e não poder falar sobre o Brasil, porque a visão de um é diferente da do outro. Mas é a lei democrática. Nem por isso, Jorge Bornhausen e Tasso Jereissati dirão que o gaúcho fracassou.

A outra suposição de fracasso é porque o Jorge não quis disputar a eleição. Mas ele vem dizendo isso há algum tempo. É um direito que lhe assiste. E poderíamos cobrar o mesmo do Tarso. Líder no Rio Grande do Sul, poderia ser candidato a Governador ou a Senador para socorrer o seu candidato que está afogado nas pesquisas. Mas não estamos lhe cobrando.

Política tem de ser feita com equilíbrio. Aliás, em Ecclesiastes, Senador Almeida Lima, está escrito que “o homem é dono da palavra guardada, mas é escravo da palavra anunciada”. E o Sr. Tarso Genro poderia dormir sem cometer esses exageros, até porque sempre soube não serem do seu estilo. É evidente que o clima hoje reinante nas hostes do Governo nos remete a determinados exageros.

Por fim, quero me congratular com o Sr. Marco Aurélio Garcia, que deixa a atividade de Ministro Informal das Relações Exteriores para coordenar os últimos dias da campanha do Presidente Lula.

Meu caro ex-Senador e Senador **ad hoc** Eurípedes, figura mais permanente do PT nesta Casa e neste plenário, na hora de passar as funções, o que vai sair tem o dever moral de contar para o Dr. Marco Aurélio todas as bombas que estão armadas, os dossiês que programaram, onde há caixa dois, para que ele não seja surpreendido, para que não caia em armadilhas que estão montadas.

Ou será possível que o Brasil não viu ainda que o PT vive num campo minado como aqueles campos

desativados de Angola? Temos uma imagem forte na nossa cabeça da Lady Diana visitando os atingidos e mutilados e uma equipe rastreando para ver onde havia uma mina esquecida para a equipe desativá-la. Eles estão precisando daqueles desativadores de minas, porque em cada canto, em cada ponto, em cada local do Palácio, infelizmente, tem uma bomba prestes a explodir, e elas estão vindo de uma maneira mais veloz do que imaginávamos.

Para finalizar, parabeno o Ministro Celso Amorim. Senadora Ideli Salvatti, toda crise tem lições, toda crise tem os que perdem e os que ganham. Celso Amorim, brilhante diplomata, Ministro das Relações Exteriores pela segunda vez, vai, pelo primeiro momento no atual Governo, dirigir as relações internacionais do Brasil sem o Marco Aurélio a perturbá-lo. Marco Aurélio, como assessor internacional, dizia uma coisa e o Ministro, outra, sempre desautorizado. Ou V. Ex^{as} não se lembram quando ele disse que o Brasil tinha de ter prejuízo na questão do gás da Bolívia, porque já havíamos ganhado dinheiro demais? Como se assessor ou Presidente da República pudessem opinar sobre lucros de uma empresa privada, que é a Petrobras, que não diz respeito aos sócios minoritários.

Quantas confusões cresceram neste Governo pelo desencontro de pensamentos entre Marco Aurélio e Celso Amorim! E o Presidente, dúbio, covarde, não teve a atitude de optar: “Celso, gosto muito de ti, mas meu amigo de sindicato é o nosso Marco Aurélio, que será Ministro”. Deixou os dois criando crises e desmoralizando o Brasil na comunidade internacional, fazendo o Brasil ter posições de enfoque errado, principalmente com relação à tentativa de conquistar um lugar no Conselho Permanente de Segurança da ONU.

Para o Brasil disputar esse lugar, Sr. Presidente, precisa ter no governo um homem com atitude e com coragem e, acima de tudo, com reputação ilibada. No Conselho da ONU não pode se sentar uma pessoa sobre a qual repousem dúvidas quanto à conduta e à honestidade de sua administração do País, porque é uma discussão entre nações maduras e não conversa de garotos que terminam em dossiês.

Mas quero finalizar. O Brasil tem visto esse namoro entre o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Lula. Desde menino, aprendi a ver a Venezuela copiar o Brasil. De repente, o Brasil passou a copiar a Venezuela. Hugo Chávez compra um avião a jato; Lula compra o Aerolula para ficar igual. Mas o pensamento deles é fantástico, é telepático. Se não, vejamos: na semana passada, depois da meia-noite, evidentemente num momento de descontração, o Presidente disse que carregava um demônio dentro de si e que ninguém tinha o direito de despertá-lo. Disse isso numa conversa com o

maior PIB brasileiro – empresários paulistas, cariocas, gaúchos –, na casa de um Ministro de seu governo. O que era o demônio? O Congresso Nacional. Dizia também que, dentro dele, havia aquela ira de fechá-lo, aquele desejo incontido de fechar o Congresso, como os generais ditadores fizeram durante muitos anos. Ele protestava contra isso e nós pensávamos que era um protesto sincero.

Mas veja como se parecem, meu caro Senador Almeida Lima. Hugo Chávez vai à ONU, berço da democracia do mundo, onde as divergências são respeitadas, onde a democracia norte-americana, por mais defeituosa, por mais viciada que seja, tem de ser compreendida e admirada pelo fato de naquele cenário internacional caber a palavra de divergentes, de contrários e de iguais, e compara o Presidente George W. Bush ao diabo, ao demônio, e pede, num gesto de sinal-da-cruz difamatório, para exorcizar-se desse diabo. O de lá quer se exorcizar da democracia norte-americana; o daqui, da democracia brasileira, que é o Congresso Nacional. E, para isso, vai atrás do terceiro ditador, que é o Sr. Evo Morales, a querer copiá-lo, propondo uma Assembléia Nacional Constituinte que para nada serve.

O Brasil, todos nós sabemos, está cheio de leis, que, inclusive, não são aplicadas. Para pôr ladrão na cadeia não precisa Assembléia Nacional Constituinte, mas decisão e coragem. A Assembléia Nacional Constituinte, para copiar o modelo da Venezuela e da Bolívia, é inoportuna para o Brasil, porque, além de paralisante, seria autoritária, se viesse.

O que o Presidente quer? Tirar a força do Congresso, como quis tirar a força da imprensa, a força da atividade cultural, censurando o teatro brasileiro. O que se quer, neste momento, é uma Assembléia Nacional Constituinte que não tem nenhuma razão de ser. Que outro país do mundo no momento enfrenta uma Assembléia Nacional Constituinte?

Sr. Presidente, Constituinte só se justifica em crise institucional profunda, em mudança de regime, de sistema de governo, ou, o mais básico e essencial, quando tenha a comandá-la um Presidente da República imaculado e com autoridade, a exemplo do que ocorreu na Constituinte projetada e sonhada por Tancredo Neves, impedido de presidi-la pelo destino. Constituinte sem autoridade para comandá-la vira bagunça e toma caminhos desconhecidos, e isso o Brasil não pode aceitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Há mais algum orador?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito grata, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, já fiz, na abertura da sessão, um registro importante, ao pedir que fosse consignada na íntegra a nota oficial da Unitrabalho – a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, instituição que articula o trabalho de nada mais nada menos do que 93 instituições de ensino superior públicas, comunitárias, de todo o Brasil, universidades do porte da USP, da Unicamp, da Universidade São Carlos, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro – instituições ilibadas e que orgulham o povo brasileiro, sobre as quais, obviamente, em nenhum momento, pode pairar qualquer dúvida a respeito da lisura do seu comportamento e do seu trabalho e da execução dos programas e dos convênios estabelecidos com o Governo brasileiro. A Unitrabalho é uma ONG que está criada e fundada desde 1996.

Além disso, também fiz questão de registrar a nota oficial do Ministério do Trabalho, referente ao repasse dos recursos aos convênios da Unitrabalho.

Sobre essa questão do terceiro setor creio que nós, do Governo atual, temos tranquilidade de falar, porque não fomos nós quem inventamos esse modelo de terceirização do serviço público, que se instalou na máquina pública e que, indiscutivelmente, apresenta uma série de problemas, sim, e que merece um detalhamento.

Muitos parlamentares já vieram à tribuna para comentar e trazer questionamentos a respeito dessa rede de organizações não-governamentais.

Mas sempre é importante lembrar que esse não é projeto nosso, recebemos assim do Governo que nos antecedeu e que pregava a tese do Estado mínimo: quanto menos Estado, melhor. Temos o entendimento de que o Estado é necessário, principalmente para as pessoas de que dele necessitam. Quem pode pagar pela saúde, não precisa do Estado; quem pode pagar pela educação, não precisa do Estado; quem pode pagar pela segurança, não precisa do Estado. Mas a ampla maioria da população brasileira, se não tiver serviço público na área da saúde, da segurança e da educação, não tem acesso a esses serviços e a essas condições de vida. Portanto, quem iniciou o terceiro setor deveria até fazer uma autocrítica sobre isso.

Fiz questão também de dizer que a questão não é apenas eleitoreira, não tem esse viés eleitoreiro, até porque, para investigar a questão da tentativa de

compra do dossiê que continha documentos a respeito da atuação dos ex-Ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri, com a Máfia das Ambulâncias – e investigar os dois lados dessa moeda – já há uma CPI em funcionamento. O Presidente da CPI, o Deputado Biscaia, já declarou isso. Aliás, o Deputado Gabeira, se não me falha a memória, parece-me que declarou que irá a Cuiabá recolher os documentos, e o Deputado Biscaia disse que, na reunião do dia 4 de outubro, quando se retomam os trabalhos da CPI, iremos avaliar e investigar os dois lados da moeda.

Por isso estou dizendo que essa história não é eleitoreira, mas há uma questão de responsabilidade porque o noticiário e as ilações feitas a respeito do repasse dos recursos para a Unitrabalho dão a entender que o dinheiro repassado, em torno de R\$4 milhões, poderia ser uma das fontes dos R\$1,7 milhão que a Polícia Federal apreendeu. Se quem noticiou tivesse tido o bom senso, para não dar outro adjetivo, de ligar – uma atuação apenas de bom senso – para o Ministério do Trabalho para perguntar por que e quando foi feito o depósito e como ele foi efetuado, teria obtido a informação, que está inclusive hoje na nota oficial do Ministério do Trabalho.

Esse recurso repassado nos últimos dias é a segunda parcela de um convênio, referente ainda a 2005, que não pôde ser repassada anteriormente porque havia problemas documentais, que só foram resolvidos no dia 12 de agosto. A autorização para o depósito bancário foi dada no dia 14 de setembro, no valor de R\$3.407.065,00, mas o dinheiro só ficou liberado na conta da Unitrabalho no dia 18 de setembro, a última segunda-feira. Portanto, o dinheiro só pôde ter movimentação – e aí, vejam a ilação de que aquele dinheiro podia ser uma das fontes, e seria dinheiro público – só na segunda-feira, e a prisão feita pela Polícia Federal das pessoas com dinheiro, foi na sexta-feira anterior.

Apenas para se dar a dimensão do grau de aquecimento que vivenciamos aqui no Senado cotidianamente, com a intenção de levantar a qualquer preço e a qualquer custo questões que depois não se sustentam. Mas aí a Unitrabalho já está na lama, o Ministério do Trabalho também já está sob suspeita, sob um monte de ilações.

Eu já havia falado sobre isso, apenas voltei ao assunto porque foi necessário. O que me traz à tribuna é o seguinte: todos os atos necessários foram praticados pelo Governo, pelo Presidente e pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Todos, a começar pela investigação.

Essa situação só veio a público – é importante sempre deixar isso consignado –, esse caso da ten-

tativa de comprar documentos ou provas que pudessem subsidiar qualquer tipo de investigação referente à atuação dos ex-Ministros José Serra e Barjas Negri à frente do Ministério da Saúde com o envolvimento com a máfia dos sanguessugas, por causa da ação da Polícia Federal. Portanto, o ato da investigação é do Governo; o ato de investigação é da Polícia Federal, que está sob as ordens do Ministro da Justiça, sob as ordens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A determinação de apurar, de ir até as últimas consequências, doa a quem doer, seja quem for o responsável pelos dois lados desse episódio, tanto em relação à tentativa de compra e a origem do dinheiro quanto ao envolvimento, no Ministério da Saúde, dos dois ex-Ministros. Essa determinação está definida, de forma irrefutável, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva tomou uma atitude absolutamente correta e adequada – ela não pôde ser tomada antes, tendo em vista que o Presidente chegou ao Brasil na manhã de ontem, vindo da reunião da ONU –, que foi a substituição do coordenador da sua campanha, Ricardo Berzoini, por Marco Aurélio Garcia. Coordenador de campanha é alguém que tem de estar de manhã, de tarde, de noite e de madrugada coordenando campanha. Obviamente, ele não pode ter nenhuma outra tarefa ou preocupação, ou questionamento. Portanto, o trabalho de uma campanha é contínuo.

Isso é algo importante a se registrar, porque o sonho de consumo dos que querem derrotar o Presidente Lula a qualquer preço, a qualquer custo, talvez seja estancar a campanha, paralisar a campanha, impedir-nos de realizá-la. Assim, trocar o coordenador de campanha era algo absolutamente necessário e foi uma atitude corretíssima adotada pelo candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva.

Estou aqui angustiada, porque, infelizmente, vou perder o meu vôo das 17 horas. Estou louca para voltar ao meu Estado e ir às ruas pedir voto, discutir com a população, falar com o povo do meu Estado a respeito do que está sendo dito nessas eleições, também a respeito desses episódios, a fim de que possamos fazer o debate tranquilo, assim como o Presidente fez hoje, no programa “Bom Dia, Brasil”. O Presidente estava absolutamente tranquilo quando respondeu às perguntas – até porque tem o que responder.

A determinação de investigar e de agir, as ações e o resultado das ações da Polícia Federal neste Governo são contundentes e irrefutáveis.

Ontem, desafiei um Senador do PFL, desta tribuna, para fazermos um levantamento. Não quero nem comparar o número de ações, o efeito ofensivo das ações, o resultado das mesmas, as quadrilhas antigas

– que estavam atuando na máquina pública há muito tempo – que foram desmontadas. Quero apenas fazer uma comparação. Só uma. Não quero comparar quantidade de operações e de quadrilhas desmontadas. Sob as ordens dos Governos que nos antecederam, em quantas operações da Polícia Federal filiados aos partidos que governavam foram presos? Nas ações da Polícia Federal, no nosso Governo, se algo foi descoberto, se alguém está envolvido, se há indício, esse alguém vai preso, seja de que partido for.

Portanto, todos os atos necessários, exigíveis e cabíveis tanto do Presidente como do Governo e do candidato foram tomados. Isso nos dá o direito de exigir.

Temos acompanhado e verificado, ao longo desses dias, que todos aqueles que têm funções e responsabilidades têm dito de forma contundente: as investigações têm de correr de forma célere, eficiente e deve-se punir quem quer que seja, do PT ou de fora do PT.

Temos dito que a descoberta da origem do dinheiro é de fundamental importância. A Polícia Federal já tomou providências com relação aos dólares, já fez as tratativas com as autoridades americanas, está investigando junto aos doleiros e já descobriu de quais bancos foram feitos os saques. Portanto, imagino que rapidamente teremos também as contas; por meio delas, descobriremos de onde veio o dinheiro – o que é fundamental, toda a população quer saber isso. A Polícia Federal está agindo para que a origem do dinheiro seja conhecida.

Também temos dito que a mesma contundência, eficiência e agilidade que se exige para se descobrir quem tentou comprar os documentos – de onde veio o dinheiro para a tentativa de compra dos documentos – deve haver para se descobrir o conteúdo dos documentos. Deve haver investigação, com o mesmo rigor, em relação às duas faces da moeda.

Tenho dito isso, muitos petistas têm dito isso, mas não ouvi – não ouvi! – e tenho, no mínimo, a obrigação de exigir que alguém do PFL ou do PSDB diga também que se deve ir até as últimas consequências em relação aos dois lados da moeda. Ouço muito falar que se deve investigar quem está envolvido na tentativa de compra, ouço muito falar na investigação da origem do dinheiro. No entanto, até agora não ouvi falar que se deve investigar com o mesmo rigor se há ou não pertinência, relação ou confirmação de indícios do envolvimento dos dois ex-Ministros, tanto o ex-Ministro José Serra quanto o ex-Ministro Barjas Negri. Espero que alguém também peça isso, porque é o mínimo! Creio que a Nação exige isso de todos nós, porque não quero, posteriormente, ser surpreendida.

Aliás, não fui a única a ser surpreendida. Houve muito tucano surpreendido, muito pefelista surpreendido com a carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, lá pelas tantas, ele diz: “E não podemos mais ter o expediente de buscar tapar o sol com a peneira como fizemos no episódio Eduardo Azeredo com o valerioduto”. Não foi ninguém do PT ou vinculado ao Governo que falou em “tapar o sol com a peneira no episódio Eduardo Azeredo com o valerioduto”, mas foi nada mais nada menos que o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Suas palavras estão escritas em carta assinada por ele.

Temos de exigir que tudo seja apurado. Porém, aqueles que nos atacam cotidianamente – e nos atacam num Governo que tem dado demonstrações à exaustão de ir até as últimas consequências para descobrir os fatos, doa a quem doer – no mínimo têm de ter também este comportamento, juntamente com os seus.

Eu gostaria de deixar alguns registros. Vou apenas ler algumas manchetes, pequenos trechos de noticiários recentes. Creio que isso é material para que, depois do processo eleitoral, nos debrucemos sobre ele na CPI dos Sanguessugas.

Gilberto Nascimento, do **Correio Braziliense**, 14 de setembro:

“Máfia de Sanguessugas agia no Ministério Serra”. Uma reportagem longa. Gilberto Nascimento, também no **Correio Braziliense**, 17 de setembro: “Funcionário de Serra no Mato Grosso do Sul é indiciado pela Polícia Federal”.

Nada se falou nos últimos dias sobre uma figura misteriosa que integra a lista de 42 indiciados pela Polícia Federal (PF) por envolvimento no esquema da máfia dos vampiros: o médico Platão Fischer Pühler [...]

Platão, um ex-militante do PCB (o antigo Partidão), é um homem próximo do ex-Ministro da Saúde José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, embora os tucanos hoje neguem tal fato. Tinha um cargo importante e estratégico na gestão do tucano no ministério. No inquérito da Polícia Federal encaminhado ao Ministério Público Federal, ele deve responder por corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha e exploração de prestígio.

“Empresa que recebeu da Planam pode ter usado ‘laranjas’”, artigo de Paulo Peixoto, da Agência Folha, em Belo Horizonte, 20-9-2006.

Fechada em dezembro de 2003, cerca de um ano após receber R\$60 mil da Planam em dezembro de 2002 (ano em que foi aber-

ta), a empresa Império Representações Turísticas, de Ipatinga (MG), pode ter sido criada em nome de “laranjas”.

E por aí vai a reportagem.

“Abel Pereira se nega a comentar grampo da Polícia Federal”. Maurício Simionato, da Agência Folha, em Piracicaba:

[...]

Ele foi citado pela família Vedoin, dona da Planam, como ‘operador’ dentro do Ministério da Saúde, no esquema sanguessuga, após Barjas Negri (PSDB) – atual prefeito de Piracicaba – ter assumido o ministério, em 2002, em lugar de Serra”.

“Câmara de Piracicaba pretende investigar Abel Pereira e prefeito Barjas Negri.” Maurício Simionato, da Agência Folha, em Piracicaba:

A Câmara Municipal de Piracicaba (SP) criou ontem um grupo de estudos para investigar a suposta ligação entre o empresário Abel Pereira e o prefeito Barjas Negri (PSDB) em licitações para execução de obras no município. A comissão deverá passar pela aprovação dos vereadores hoje.

“Ex-prefeito diz que recebeu dinheiro de Abel Pereira.” Isso também saiu no portal Folha UOL:

O ex-prefeito de Jaciara (MT) Valdizete Martins Nogueira (PPS) admitiu ontem que recebeu uma quantia em dinheiro do empresário de Piracicaba Abel Pereira, mas não soube precisar o valor e a data do depósito. O prefeito deixou em aberto dois motivos para receber o pagamento: o dinheiro foi pago porque ele intermediou a venda de uma fazenda de 1.100 hectares negociada por US\$1,5 milhão ou pode ter sido ‘uma ajuda de campanha’ dos Vedoin, donos da Planam, que ele diz ter conhecido no Congresso.

A Câmara Municipal de Piracicaba eu já citei.

“Suposto ‘operador’ venceu licitações da gestão do PSDB.” **Folha de S.Paulo**. Também Maurício Simionato, da **Agência Folha**, em Piracicaba:

Empresas da família do empresário Abel Pereira venceram licitações para executar ao menos 37 obras orçadas, no total, de R\$10,4 milhões para a Prefeitura de Piracicaba, em 2005 e 2006, e doaram R\$45 mil, em 2004, para a campanha que levou Barjas Negri (PSDB) ao cargo de prefeito.

Pereira foi citado por Darci e Luiz Antonio Vedoin, na entrevista dos donos da Planam à revista **IstoÉ**, como seu ‘operador’ dentro do Ministério da Saúde no esquema sanguessuga, após Negri ter assumido o Ministério, em 2002, no lugar de José Serra (PSDB).

Há outras, mas vou ficar por aqui, Sr. Presidente, porque não me parece que esse noticiário tenha sido fruto de nenhuma tentativa de compra de documentos. É variado, extenso e envolve uma possível rede bastante ampla.

Portanto, volto a dizer as palavras do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Não dá para tapar o sol com a peneira.” O mesmo rigor que estamos exigindo na apuração de petistas envolvidos na tentativa de compra dos documentos, na origem do dinheiro, também estamos exigindo na apuração com relação à atuação do ex-Ministro José Serra e ex-Ministro Barjas Negri, porque os fatos estão interligados. Essa exigência de investigação dos dois lados da moeda tem que vir também do outro lado. Tem que vir também dos tucanos e dos pefelistas.

Espero ouvir em breve essa posição de coerência, até porque já tive a oportunidade de dizer que corrupção não tem data de validade, não tem partido, não tem governo. A corrupção, infelizmente, está instalada na máquina pública brasileira há muitos e muitos anos. E a nossa obrigação é sempre exigir que as apurações todas sejam feitas, doa a quem doer, até as últimas consequências.

Muito obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, magistral, fantástico, histórico, digno de todo o louvor o pronunciamento da Líder do Governo. Quero parabenizá-la e louvá-la pela autocrítica que acaba de fazer de seu Governo ao dizer que a Polícia Federal está instrumentalizada para fazer todas as apurações que vem fazendo e não encontrar ladrões, e puni-los, do Governo passado. O rol de ladrões é composto por ladrões novos, nascidos, criados e gerados nos escândalos do atual Governo. S. Ex^a passa um atestado de idoneidade aos oito anos do Governo Fernando Henrique. Creio até que exagera. Eu não passaria esse atestado que acabou de passar. Não conheço detalhes nem meandros de um governo de um tamanho como o do Estado brasileiro, que pode ter cometido falhas. Ao passar esse atestado, S. Ex^a isenta possíveis pecados do governo passado. Ao dizer que a Polícia Federal fez todas as investigações, mas que

só acusa, indícia e prende ladrões do atual Governo, com a força de líder, S. Ex^a isenta o Governo passado, do qual fiz parte. Agradeço muito a S. Ex^a o ato de reconhecimento e de humildade.

Em segundo lugar, dá uma prova cabal de que o relatório existe. Porque a bomba de denúncias prometida por S. Ex^a foi reduzida àquele pequeno traquezinho de São João que não explode. Todas as denúncias que fez são oriundas do dossiê que já possui, com fotografia e tudo, há pelo menos um mês, e que envolve sempre Barjas Negri e José Serra em denúncias que não foram apuradas.

Ora, o que me causa espécie e estranheza é que, sob esse fogo cruzado, o Governo não vem aqui e diz: o Serra é culpado por isso, por isso e por isso; O Barjas Negri é culpado por aquilo, por aquilo e por aquilo! Fica só criando esse mistério com o único objetivo de chantagear e de amedrontar os adversários. Essa escola da chantagem não cola, não funciona para nós. Esperava esclarecimentos. A Liderança do Governo tinha de esclarecer o funcionamento e o crescimento das ONG neste Governo, as ONG que estão por aí sendo investigadas, algumas até em segredo de justiça! E não ficar sacando presunções contra homens públicos.

É muito diferente, Sr. Presidente, oito anos de governo Fernando Henrique, e a lente permanente da bisbilhoteira procurando falhas no passado. Não encontrou nada. Aí vem para esse episódio, produto de um crime, de uma espionagem, de uma fraude em que o Presidente diz que os envolvidos são garotinhos. Presidente, mande-os para a Febem, porque, quando crescerem, vão se tornar criminosos perigosos!

Mas, Sr. Presidente, esse é o retrato deste governo. E nós aqui da Oposição, ficamos complexados e incapazes, porque não criamos uma crise para eles. Eles criaram todas. Todas as crises deste Governo são fruto deles próprios. De quem é o Waldomiro? De quem é o homem do dólar na cueca? Todos os ladrões, os acusados são do atual Governo.

É bom que isso fique bem claro para a Nação. Não adianta tentar confundir a opinião pública trazendo suposições. Deixemos a Polícia Federal apurar. Que puna todos os culpados. Falo em nome do PFL que não temos compromisso com o erro. Apurem e punam os culpados.

Não é dado o direito a ninguém de tentar jogar pecados por baixo do tapete para não serem apurados. Jovens, o mal do PT é um só: sabe que está no banco dos réus, que cometeu crimes, mas quer companhia. Fique só. Não queremos isso. Que o PT assuma.

Parece-me que começo a desvendar um mistério. O Ministro Márcio Thomaz Bastos anunciou, no início do Governo, a criação de prisões de segurança máxima pelo Brasil, mas suspendeu todas as obras, não quis continuar,

não construiu, mal terminou uma no Paraná. Vai ver sua experiência de bom criminalista já lhe prevenia: não faça isso, pois ela vai lotar antes do que V. Ex^a espera.

Lamentavelmente é isso que estamos vendo.

O PT ao se defender se acusa, ao se justificar se compromete, ao tentar passar por inocente mostra que é o grande pecador. O Presidente Lula pode não ter nenhum desses pecados em que essa camarilha que lhe cerca está envolvida, mas tem o da omissão. E Presidente de República não pode ser omissor; Presidente de República não pode deixar de saber o que acontece na sua casa e no seu quintal.

Todos esses fatos têm origem no Palácio do Planalto, na sua vizinhança, e nós sabemos que, na geografia daquele Palácio, um tom de voz mais alto possibilita que quem está numa sala escute o que o outro está dizendo. Não ver que aqueles que o cercam no dia-a-dia mostram sinal exterior de riqueza ou de comportamento é a pior das cegueiras, e o homem público não pode fazer isso. É o momento de o Presidente fazer uma reflexão e saber, afinal, para que é o poder. Para os seus amigos se locupletarem e o Brasil pagar o preço? Ou para quê? Se for para nada, para continuar a dizer que não sabia ou que nada viu, é melhor que seja humilde e altaneiro, peça o boné e vá para casa.

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Almeida Lima por cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza. Sei que se trata de uma gentileza, sobretudo porque estamos quase no encerramento da sessão e não temos nem mais um orador inscrito. Portanto, agradeço a V. Ex^a.

Quero corroborar as palavras do nobre Senador Heráclito Fortes, que acaba de se pronunciar, dizendo exatamente três coisas, em resposta até ao que disse a Senadora Ideli Salvatti.

Eu pergunto: quem está proibindo os aparelhos do Estado – a exemplo da Polícia Federal – de investigar os governos anteriores? Quem dirige a Polícia Federal é a Oposição ou é o Governo? Logo, dizer que é preciso investigar os dois lados da moeda, além de ser o óbvio, é a obrigação do Governo. Se não o fez ainda, foi por irresponsabilidade, por omissão.

Quero falar ao Senador Heráclito Fortes sobre esses corruptos e ladrões que nasceram durante este Governo e cresceram – não apenas nasceram e cresceram, mas foram amamentados e muito bem amamentados por este Governo.

Quanto à lei que criou a hipótese da terceirização pelas ONG, não me compete defesa do Governo anterior, até porque dele não participei e fico muito à vontade para assim me pronunciar – quando do Governo anterior, eu era PDT, do Partido de Leonel Brizola; hoje, estou no PMDB. Mas criar leis é uma coisa; permitir que ONG cometam os atos que estão cometendo neste Governo é outra coisa completamente diferente. Não se pode atribuir responsabilidade pelas falcaturas que as ONG fazem hoje – e é bom que se frise: não são todas, é claro! – à existência de uma lei que surgiu no Governo anterior.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que o Presidente Lula disse textualmente que o Deputado Ricardo Berzoini foi demitido da coordenação da sua campanha porque ficava difícil compatibilizar a coordenação da campanha e a exigência de dar explicações sobre dossiês na reta final da campanha, que se encerra nos próximos dez dias – palavras do Presidente Lula. Ora, realmente Sua Excelência está correto. Mas por que Sua Excelência mesmo, o Presidente, não toma medida semelhante em relação a si próprio, ao Lula candidato e ao Lula Presidente da República?

O Lula, como todos sabemos, não gosta muito de trabalhar e, desde a última sexta-feira, tem trabalhado muito menos, porque, desde essa data, procura um boi de piranha para sair da linha de frente desse triste episódio da montagem de dossiês contra adversários. E já colocou na rua muitos aliados, inclusive um assessor especial que ficava na sala do terceiro andar do Palácio do Planalto, ao lado da sala do Presidente.

Quando encaminhou um texto a esse respeito – o Presidente encontrava-se nos Estados Unidos, em Nova Iorque –, em seu programa eleitoral, Sua Excelência disse que esse dossiê se reportava a político do Estado de São Paulo. Não! Não visava apenas agredir a pessoa de José Serra, mas também o candidato Geraldo Alckmin. Tinha interesse direto, sim, na Presidência da República esse dossiê.

Portanto, Sua Excelência, o Presidente, deve fazer o que ele mesmo está determinando para os outros. Como Sua Excelência compatibiliza a agenda de candidato com as explicações rotineiras sobre o dossiê montado por seus companheiros? Hoje, por exemplo, no Bom Dia Brasil, da TV Globo, ele gastou 13 minutos, dos 20 a que tinha direito, falando do dossiê e explicando sobre os companheiros que foram defenestrados por mais esse escândalo de seu Governo e do PT. Sua Excelência, o Presidente, até reclamou no final: “Vim para discutir programa, mas não deu”. Portanto, Sr. Presidente, afaste-se também, porque vai ficar difícil compatibilizar as duas agendas, e o Brasil não pode parar. O resultado da paralisia já estamos vendo na economia, com a Bolsa de Valores dando sinais de estagnação.

Adicionalmente, gostaria de cobrar do Coafi agilidade na apuração dos fatos. Com o caseiro Francenildo, o órgão agiu com muita ligeireza, procurando a origem de R\$35 mil. O que foi feito até agora para rastrear e identificar R\$1,7 milhão?

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E olha que havia dinheiro, e dólares no meio! De onde veio todo esse dinheiro, toda essa grana, Sr. Presidente? Vou exigir uma manifestação do Coafi, porque uma operação que envolve esse volume de recursos com certeza é uma operação atípica em qualquer lugar do mundo.

Sr. Presidente, veja outra incoerência que se verifica em todo esse triste episódio: pelo lacre contido nos pacotes de reais, é possível saber de qual banco o dinheiro foi sacado. Portanto, o Brasil quer saber: qual foi o banco? Quem sacou? Essas respostas têm que ser dadas logo, porque temos no Brasil um dos mais modernos sistemas bancários do mundo. Em 24 horas é possível saber de tudo. Como o dinheiro foi preso na última sexta-feira, o Ministro da Justiça já sabe de tudo isso desde o último sábado. E ele não apresentou o dinheiro e o responsável por ele porque estão apagando as trilhas...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – (...) as trilhas para fazer a divulgação e evitar transtornos semelhantes aos do episódio do caseiro. Estão procurando a Geni, e o Márcio Thomaz Bastos quer apagar as trilhas do dinheiro para apresentá-la à Nação.

Portanto, chega de discurso, de discurso que não explica, de discurso que não justifica, de ladainha mesmo! O que precisa ser feito, sim, é apurar tudo o quanto antes possível e, se no meio houver problemas que envolvem qualquer outro político, seja ou não do Governo passado, que sejam explicados, sobretudo porque a Polícia Federal não está sob administração da Oposição. A Polícia Federal é um órgão do Estado, administrado pelo Governo atual e pode muito bem fazer a apuração a mais ampla e a mais profunda possível.

Deixemos de fraseados longos, de explicações longas para um fato que precisa de um esclarecimento célere e rápido. A Nação não suporta mais essa bandalheira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Leonel Pavan, a Srª Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Sérgio Guerra e Valdir Raupp enviaram discursos à Mesa para serem publi-

cados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$7,4 milhões”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de agosto do corrente.

Segundo a referida matéria, “O Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho, pagou R\$7,4 milhões à ONG Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais, que tem entre seus dirigentes o petista Francisco Dias Barbosa, o Chicão, ex-com-

panheiro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sindicato dos metalúrgicos”.

Ainda segundo a matéria, “o valor coloca a entidade em terceiro lugar no **ranking** das organizações não-governamentais que mais receberam recursos públicos do programa”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo pagou a ONG de amigo de Lula R\$ 7,4 milhões

Entidade firmou convênios com o Ministério do Trabalho para capacitar 4.000 jovens inexperientes em Guarulhos

Organização é a 3ª entre as que mais receberam recursos do Programa Primeiro Emprego, que distribuiu R\$ 122,5 milhões

**MARTA SALOMON
LETICIA SANDER**
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho, pagou R\$ 7,4 milhões à ONG Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais, que tem entre seus dirigentes o petista Francisco Dias Barbosa, o Chicão, ex-companheiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sindicato dos metalúrgicos.

O valor coloca a entidade em terceiro lugar no ranking das organizações não-governamentais que mais receberam recursos públicos do programa, segundo pesquisa do site Contas Abertas. O Primeiro Emprego é uma das principais ações do governo para treinamento e capacitação de jovens sem experiência no mercado de trabalho. Até a última segunda, as ONGs haviam recebido um total de R\$ 122,5 milhões.

Barbosa aparece como responsável pela Oxigênio na assinatura de dois convênios com o ministério, em dezembro de 2004 e novembro de 2005. Ele responde pela secretaria de fi-

nanças, mas nega que a entidade tenha sido favorecida em consequência das ligações com Lula, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ou o PT.

De acordo com o ministério, a ONG foi escolhida como uma das entidades “âncoras” dos Consórcios Sociais da Juventude com base em critérios técnicos. Essas entidades são escolhidas sem licitação.

Os convênios previam o treinamento de 4.000 jovens em Guarulhos (SP). Dos primeiros 2.000, 1.182 teriam conseguido emprego com carteira assinada, segundo Martha Del Bello, presidente da ONG. Dos demais 2.000, só 203 obtiveram vagas no mercado de trabalho —um terço da meta fixada pelo Ministério do Trabalho.

A ONG também assinou convênio para a implantação de uma rede de recondicionamento de computadores por R\$ 500 mil, ainda não liberados pelo governo. O site da Oxigênio mostra que a entidade tem entre suas parceiras empresas estatais —são citadas Infraero, Eletrobrás e Banco do Brasil.

Outra entidade dirigida por amigo de Lula, a Agora, teve contrato rompido com o ministério por determinação do TCU (Tribunal de Contas da União), após serem constatadas irregularidades nos convênios. Na ocasião, a Agora havia recebido R\$ 7,5 milhões.

Controlado

Petista nega favorecimento de entidade

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Francisco Dias Barbosa negou favorecimento à ONG Oxigênio nos convênios assinados sem licitação com o Ministério do Trabalho. “Porque eu sou da mesma origem do Lula, do Marinho, metalúrgico do ABC, essa coisa toda, eu seria beneficiado? Não existe benefício. O valor que é pago para um é o valor que é pago para todos.”

Barbosa é filiado ao PT e integra o Conselho Nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria). Ele alega que a ONG, criada em 1988, só assinou convênios com a União no governo Lula porque “só agora existe o programa Primeiro Emprego”.

Segundo o Ministério do Trabalho, a entidade foi escolhida com base em critérios como três anos, no mínimo, de “reconhecida atuação local, regional ou nacional”.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna, no dia de hoje, para comentar a matéria intitulada “Vou cortar impostos e fazer o País crescer, promete Alckmin”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 17 de agosto do corrente.

A matéria apresenta um resumo da participação do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, no ciclo de entrevistas “Eleições 2006 no Estadão”. Em sua participação, Geraldo Alckmin

afirmou que vai reduzir impostos, controlar com mão de ferro o ajuste fiscal e fazer o País crescer.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste nos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Vou cortar impostos e fazer o País crescer’, promete Alckmin

Tucano abre ciclo de entrevistas “Eleições 2006 no Estadão” e diz que vai propor unificação do ICMS já ao assumir

Carlos Marchi

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, afirmou ontem, no auditório do Estadão, que vai “reduzir impostos, controlar com mão de ferro o ajuste fiscal e fazer o País crescer”. Ele disse que, se eleito, vai aproveitar “o empuxo das urnas” e propor ainda em janeiro a unificação do ICMS – e, numa segunda etapa, pretende criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Alckmin considera que “a má qualidade do gasto público tem afetado o País” e avalia que mais firmeza no ajuste fiscal “permitiria uma política monetária melhor”. O tucano abriu o ciclo de entrevistas *Eleições 2006 no Estadão*.

Alckmin, que viveu na pele a guerra fiscal como governador de São Paulo, disse que a unificação do ICMS não vai causar problemas entre os Estados. Para ele, a definição de que a cobrança deve ser feita no local de consumo, e não no de origem do produto, pacifica a briga entre os antigos litigantes. Depois a unificação estaria garantida, pensa o candidato, pois seria regulada em lei federal, o que impediria modificações pelos Estados, fechando a porta para novos episódios de guerra fiscal.

PAISAGEM DE DESERTO

Para ele, a redução da carga tributária brasileira – o dobro da argentina e da mexicana – dará mais competitividade aos exportadores. O tucano disse que a sobrevalorização do real está afetando duramente as empresas de setores exportadores, como o calçadista, o têxtil e o de brinquedos. “Estamos exportando produtos primários, como minérios”, criticou, atacando um dos discursos mais candentes do governo Lula, o do aumento das exportações. “A paisagem industrial brasileira vai virar um deserto.”

O tucano não quis revelar para que patamar, se eleito, reduziria a carga tributária, mas afirmou que o corte das despesas do Estado é que determinará a dimensão e a velocidade da redução de impostos. Ele criticou o atual governo por reduzir o investimento público para 0,4% e disse que, se eleito, vai elevar esse patamar para até 2% do PIB.

Nas regiões menos desenvolvidas, planeja “investir pesado” para compensar o atraso histórico da desigualdade. No caso do Nordeste, disse que vai reabilitar a Sudene para planejar e executar uma política de desenvolvimento com esses moldes. O dinheiro que financiaria o aumento do investimento viria da redução do gasto público – inclusive

com uma drástica diminuição do número de ministérios e dos cargos em comissão – e das parcerias público-privadas (PPPs), que o governo Lula teve dificuldades para pôr em prática. Em São Paulo, insistiu, a linha 4 do metrô está sendo construída mediante uma PPP (na terça-feira uma greve de protesto dos funcionários do metrô contra essa PPP paralisou a capital).

PROBLEMAS NO CÂMBIO

Alckmin disse ser favorável à autonomia do Banco Central e de câmbio flutuante, mas advertiu que a política cambial do governo Lula está equivocada. “O câmbio vai dar problemas”, ressaltou. O candidato do PSDB afirmou que o governo está comprando US\$ 5 bilhões por mês para segurar a cotação do real. “O governo está queimando dinheiro.”

O tucano também pregou a total autonomia das agências reguladoras e disse que vai garantir a segurança jurídica dos contratos como forma de encorajar o fluxo de capitais para o País. Garantiu que sua política externa seguirá o mesmo princípio e, por isso, vai acionar o governo boliviano de Evo Morales nos tribunais internacionais para preservar o direito brasileiro – que, a seu juízo, foi prejudicado na intervenção militar que atingiu as refinarias da Petrobrás e de empresas privadas.

Tucano prega autonomia do BC e das agências reguladoras

Alckmin afirmou que a política externa do governo Lula é “bem-intencionada”, mas apresenta “resultado zero”. Ele criticou as sucessivas derrotas que o Brasil teve em disputas por postos internacionais (ONU, OIC, BID).

Ele acusou o governo Lula de praticar “uma corrupção jamais vista na história da República” e antecipou que lançará, na semana que vem, um código para prevenir a corrupção, propondo alterações no modelo dos convênios do governo federal e outras medidas administrativas. “Ética não é só não roubar e não deixar roubar, é também ter eficiência”, observou.

O ciclo de entrevistas *Eleições 2006 no Estadão* prossegue amanhã com o candidato do PDT à Presidência, Cristovam Buarque. Leitores e internautas que queiram comparecer à entrevista ou enviar perguntas ao candidato devem fazê-lo na página www.estadao.com.br.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A baixaria do presidente” publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de Agosto de 2006.

O artigo destaca que o Presidente Lula desceu aos porões da retórica ao acusar o candidato ao governo paulista, José Serra, de discriminar nordestinos. O artigo afirma ainda que a declaração foi um golpe baixo de calúnia e injúria.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A baixaria do presidente

Primero, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates “quando (lhe) interessar” – completando, no melhor estilo autocrático, “não posso ir só porque outros acham que devo”, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.

Num comício em Osasco – reduto do companheiro-mensaleiro João Paulo Cunha, o ex-presidente da Câmara absolvido na Pizzaria Plenário, de quem um esperto Lula tratou de manter profilática distância –, ele desceu aos porões da retórica. Acusou o seu principal contendor de 2002 e atual candidato do PSDB ao governo paulista, José Serra, sem citá-lo nominalmente, de “vomitar preconceito contra o povo nordestino que tanto ajudou a construir esse país e essa cidade”. Eis um golpe baixo que junta injúria e calúnia. Em entrevista à Rede Globo, na semana passada, o ex-prefeito considerou o fluxo migratório para o Estado um dos fatores responsáveis pela queda da qualidade do ensino local.

“São Paulo tem muita migração. Muita gente que continua chegando, esse é um problema”, avaliou Serra. Pode-se concordar ou discordar da ex-

plicação, mas o fato é que ele não falou em nordestinos – e muito menos contra a migração de nordestinos. Ainda assim, o candidato petista ao Palácio dos Bandeirantes, Aloizio Mercadante, tratou de espalhar a inverdade de que o filho de imigrantes José Serra era antinordestino. Pelo menos se conteve no limite do tolerável, evitando o verbo que Lula utilizou como se estivesse num bate-boca de botequim. O jeito lulista de falar é fartamente conhecido de todos quantos conversam com ele em privado. Certa vez, sem se dar conta de que outros o ouviam, comen-

O eleitor também se sente destrutado pelos insultos entre candidatos

tou que Pelotas “é um pólo exportador de veados”.

No comício de Osasco, Lula ainda se sentiu à vontade para desafiar a oposição no plano da compostura. “Podem provocar, podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem”, desdenhou, como se ele tivesse aversão a isso. Mas o palanqueiro, que veste metaforicamente a faixa presidencial quando lhe interessa e dela se despe quando lhe convém, não é um impulsivo. É claro que ele inventou o preconceito de Serra contra os nordestinos não apenas para dar uma força a Mercadante, mas principalmente para se exibir, ainda uma vez, como o defensor, disposto a tudo, do segmento do eleitorado brasileiro que nele tende a votar maciçamente.

O que a canelada de Lula tal-

vez tenha de pior é que poderá servir de senha para o rebaixamento geral do padrão da campanha – o que não é tão difícil assim, se se levar também em conta o pendor da candidata Heloísa Helena para a incontinência verbal. Decerto a agressão do presidente leva água para o moinho de aliados do tucano Geraldo Alckmin, como o senador Antonio Carlos Magalhães, para quem o candidato “ou bate, ou tira logo esse programa do ar”, alheio ao modo de ser do candidato, que desde a primeira hora repete que falar mal dos outros não torna ninguém melhor. Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.

Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. “O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes”, criticou o tucano. “Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, dos sanguessugas, do valerioduto.” Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos. Seja qual for a sua extração social, o eleitor tende a considerar que, ao brigar entre si, em vez de falar do que lhe interessa e apresentar propostas inteligíveis, os candidatos o excluem do debate público – e logo dá as costas ao xingatório.

O problema do nível de campanha não é, pois, de boas maneiras. O que conta – se não nos comícios, de audiência arregimentada e cada vez mais restrita, decerto no horário de propaganda – é a forma como o eleitor se sente tratado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os anos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta seu *relatório global*, em que trata dos direitos fundamentais no trabalho. De uma maneira geral, o documento analisa a questão da liberdade sindical e negociação coletiva, erradicação do trabalho infantil, fim do trabalho escravo, eliminação da discriminação e outros aspectos igualmente importantes da vida do trabalho. Este ano, o tema escolhido foi a prevenção do trabalho infantil. O *relatório* tem como título, “a eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”.

É importante salientar que o Brasil aparece com destaque especial nesta importante publicação. Segundo a OIT, entre 2000 e 2004, nosso País obteve uma grande vitória no combate ao trabalho infantil. Conseguimos uma queda de 60,9% no número de trabalhadores entre 5 e 9 anos de idade, e de 36,4% na faixa etária de 10 a 17 anos. Apenas para termos uma idéia da importância desse resultado, basta dizer que, no mesmo período, em nível mundial, a diminuição de crianças e adolescentes no mercado de trabalho foi de 11%.

De acordo com as estatísticas oficiais, cerca de 2 milhões e 200 mil crianças brasileiras na faixa etária entre 5 e 14 anos estão exercendo atualmente alguma atividade no mercado de trabalho. Na agricultura, o trabalho infantil é realizado por 63,6% dos meninos. No que se refere às meninas, 43% trabalham no setor de serviços, notadamente em atividades domésticas. É importante destacar que, em nosso continente, a maioria das crianças cumpre longas jornadas de trabalho e, como se não bastasse, não recebe qualquer remuneração. Merece igual menção o trabalho realizado dentro do próprio lar. Milhares de meninas cuidam dos irmãos, limpam suas casas e executam outras tarefas domésticas. Segundo a OIT, em relação ao Brasil, em diversos Estados, sobretudo nas zonas rurais da Região Sul e do Nordeste, o trabalho infantil ainda é encarado por muitos como algo absolutamente normal. Todavia, como veremos a seguir, essa opinião não representa a posição da maioria.

Em importante pesquisa encomendada pela OIT ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), divulgada no último mês de março, 56% dos entrevistados responderam que a idade ideal para ser admitido ao trabalho ou ao emprego seria 16 anos ou mais. Nessa enquête, os mais jovens revelaram um posicionamento diferente dos adultos mais velhos. Entre os pesquisados situados na faixa etária de 16 a 24 anos, 78% disseram que a idade ideal seria 16 anos ou mais. Destes, 30% afirmaram ser 18 anos a idade ideal para entrar no mercado de trabalho. No mesmo quesito, 38% das pessoas com mais de 50 anos consideraram ser 16 anos ou mais, a idade ideal.

A mesma pergunta, analisada por nível de escolaridade, apresentou resultados diferenciados. Por exemplo, 75% dos portadores de diploma de curso superior

manifestaram ser acima de 16 anos. Ao mesmo tempo, somente 39% das pessoas com até a 4ª série do ensino fundamental declararam ser esta a idade ideal. Por sua vez, o Ibope chamou a atenção para o fato de essas mesmas diferenças da opinião pública serem encontradas nos cortes por região do País, ou por renda.

Na avaliação feita pela OIT, a pesquisa permitiu verificar que o comportamento da opinião pública sobre os velhos padrões culturais de tolerância à exploração infantil está mudando rapidamente, como acabei de dizer. Dessa forma, a maioria da sociedade brasileira deixou claro que rejeita essa maneira de pensar e quer ver as crianças longe do trabalho. Mais ainda, a OIT destaca que essa conquista é devida, em grande parte, ao apoio dado pela mídia nacional, que tem se preocupado bastante com a conscientização da opinião pública, com a qualificação do debate sobre o assunto e com o incentivo às ações pontuais que buscam o fim da exploração do trabalho infantil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a OIT reconhece que o Brasil, apesar dos enormes desafios que teve de enfrentar ao longo dos últimos quinze anos, foi um dos primeiros países do mundo a desenvolver, de forma responsável, uma rede dinâmica e ativa contra o trabalho infantil. Assim, não podemos desconhecer que, durante todo esse período, as autoridades brasileiras não mediram esforços para diminuir o contingente de meninos, meninas e adolescentes que trabalham em condições comprometedoras de seus futuros, bem como do futuro da economia e da sociedade brasileira.

A política de prevenção e eliminação do trabalho infantil ocupa hoje lugar de destaque na agenda governamental do País e essa prioridade é apresentada no *Relatório Global* da OIT que estamos comentando. Em face dessa realidade, daqui para frente, se as ações e as políticas públicas nas áreas dos direitos humanos, da educação, da promoção social, da redução da pobreza, da valorização do trabalho e do emprego, e das políticas afirmativas relacionadas aos temas de gênero, raça, etnia e outras, continuarem merecendo a mesma atenção das autoridades, certamente, em curto espaço de tempo, seremos capazes de declarar o fim do trabalho infantil em nosso País.

Nesse aspecto, a OIT também enaltece o esforço que tem sido feito pelo Ministério do Trabalho no sentido de contribuir decisivamente para uma maior conscientização social sobre os aspectos negativos do trabalho infantil e para a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Com esse posicionamento, o Ministério tem procurado mostrar que as ações públicas que consigam diminuir a evasão escolar, universalizar a educação, desenvolver o ensino integral e de qualidade, fortalecer a estrutura familiar e melhorar a renda são armas poderosas no combate contra o trabalho infantil. Aliás, o *Relatório* da OIT faz referência a essa questão e salienta que, para crianças de 5 a 9 anos, qualquer aumento na renda familiar, associado com a educação integral e com outras medidas sócio educa-

cionais complementares, tem repercussão altamente positiva na diminuição do trabalho infantil.

Por fim, o Relatório não poupa elogios à contribuição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem tido a preocupação de mostrar, com dados criteriosos, a verdadeira dimensão do trabalho infantil no Brasil. Sem dúvida alguma, com a apresentação desses números, o IBGE tem prestado uma ajuda inestimável ao Governo, que passou a conhecer melhor o seu espaço de atuação e, ao mesmo tempo, a fundamentar com mais precisão as suas decisões de políticas públicas estabelecidas pelo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nobres Senadoras e Senadores, apesar dos aplausos recebidos no Relatório deste ano da OIT, o Brasil não pode se descuidar porque ainda tem muito a fazer até a vitória final contra o trabalho infantil. Inegavelmente, a quantidade de meninos e meninas que

trabalham ainda é muito alta. Portanto, novos desafios nos esperam até a completa extinção da exploração de crianças e adolescentes no trabalho, em especial nas suas piores formas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que amanhã, sexta-feira, dia 22 de setembro, haverá sessão não deliberativa, a realizar-se às nove horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 49 minutos.)

(O.S.: 15235/2006)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda
AO
PROJETO DE LEI
N.º 07/2006-CN

MENSAGEM
N.º 078, de 2006 – CN
(Nº 00647/2006, na origem)

Ementa: “Inclui programação no Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências.”

EMENDA - 00001**PL 007/2006-CN**

Mensagem 0078/2006-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2006-cn	1 DE 1
---------------------	---------------------------------	--------

TEXTO

Acrescer a programação abaixo identificada ao Anexo VII da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006:

53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

20.607.0379.5260.0026 Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco

JUSTIFICAÇÃO

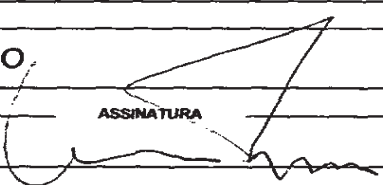
O Projeto Pontal, originalmente previsto para ser implantado em quatro anos, já conta com dez anos de obras, em decorrência ora dos sucessivos contingenciamentos de recursos orçamentários, ora pela alocação de recursos aquém da necessidade e ora pela combinação desses dois fatores.

O Pontal, concebido para a exploração de culturas de alto valor agregado, está dividido em duas etapas - Área Sul com 3.758 ha e Área Norte com 4.104 ha, aproximadamente, sendo que a infraestrutura da Área Sul servirá de uso comum para a Área Norte, exigindo, dessa forma, baixos investimentos públicos futuros para a conclusão da sua infra-estrutura e entrada em operação.

O total investido até 2004, atualizado, é da ordem de R\$ 223 milhões, necessitando de R\$ 45 milhões para a conclusão da Área Sul e de R\$ 50 milhões para a Área Norte.

Ressalta-se, novamente, que grande parte dos recursos investidos significam infra-estrutura implantada para as duas etapas do Projeto. Dessa forma, e considerando o projeto como um todo, já foi realizado 70% do custo total.

Assim como os projetos constantes do PPI, o Projeto Pontal, a um custo relativamente baixo proporcionará grandes benefícios, constituindo-se, sem sombra de dúvida em uma obra estruturante para o Semi-árido de Pernambuco. Somente essa área, quando em operação, irá beneficiar 371 pequenos produtores, gerando uma renda de cerca de mais de 30 milhões de reais por ano e, aproximadamente, 11.000 empregos entre diretos e indiretos, em uma região pobre onde a renda per capita é da ordem de R\$ 100,00/mês.

1230	OSVALDO COELHO	PFL	PE
DATA 20/9/2006	ASSINATURA 		

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

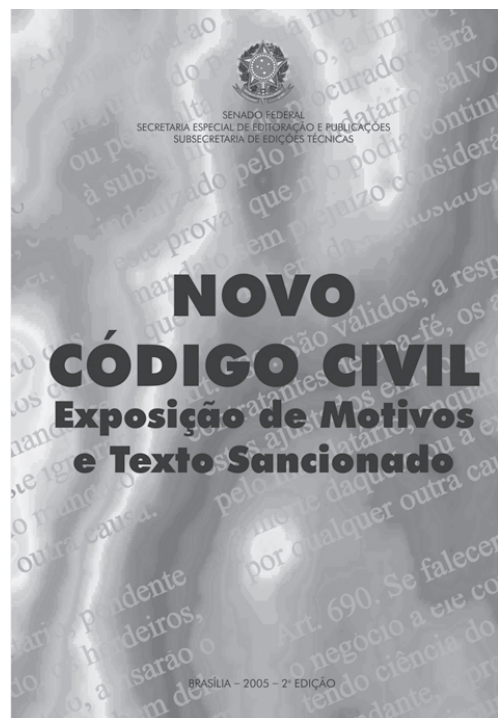


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 78 PÁGINAS